

ATA N.º 2/2022

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2022:

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD) e Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Ferrel, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Dina do Rosário Constantino de Carvalho Aparício (CHEGA), Tiago Brás Correia (GCEPP), Carlos Jorge Franco Luís (PSD) e Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público, por videoconferência (através de marcação prévia, com 48 horas de antecedência, para 262 780 100 ou assembleia.municipal@cm-peniche.pt).

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2021;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2021;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município, para o ano 2022 (Modificação 6);

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Estrutura Orgânica do Município de Peniche e Regulamento de Organização dos Serviços;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2022;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2022;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a chefia da Divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo (DACDJT) - cargo dirigente intermédio de 2.º grau;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a chefia da Divisão de Educação (DE) - cargo dirigente intermédio de 2.º grau;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a chefia da Divisão de Ambiente (DA) - cargo dirigente intermédio de 2.º grau;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aquisição do serviço de auditoria externa das contas do Município para o exercício de 2022/2024;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Freguesia de Ferrel para a cedência de parte do Pátio da Escola Básica do 1.º Ciclo nº 1 de Ferrel para instalação do Mercado da Freguesia;

13) Constituição de uma Comissão Municipal de Saúde, em defesa dos utentes na acessibilidade aos cuidados de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), Carlos Jorge Franco Luís (PSD) e Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU) encontravam-se a substituir os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana João dos Santos Lima (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP) e António José Antunes Vieira (PS) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

### APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 8/2021, respeitante à sessão ordinária do mês de dezembro, realizada no dia 28 de setembro de 2021, mas não foi submetida a votação por terem sido solicitadas correções à mesma.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento de que o expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal foram apenas alguns jornais.

Não se registou qualquer intervenção.

#### APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

##### **Henrique Estrelinha (PS):**

Apresentou, em nome do Partido Socialista, dois votos de louvor:

Um voto de louvor pela sexta edição do Triatlo de Setúbal, uma prova importante no calendário Nacional com a participação de cerca de oitocentos atletas. Esta prova levou os atletas a percorrerem mil e novecentos metros a nadar, noventa quilómetros a pedalar e vinte e um quilómetros a correr. Destacou o atleta Márcio Neves, do Peniche Amigos Clube, que venceu a referida prova, além disso, este Clube colocou mais dois atletas no top trinta da prova e obteve o quinto lugar entre as equipas que estiveram presentes. Felicitou não só o atleta, mas também o Peniche Amigos Clube.

O segundo voto de louvor seria para o atleta Rodrigo Coelho, um ginasta da Serrana, que venceu o Campeonato Nacional da primeira divisão do duplo minitrampolim. Felicitou o feito e, também, o seu treinador José Alexandre.

##### **Hugo Martins (GCEPP):**

Apresentou os seguintes votos de pesar:

Um voto de pesar pelo falecimento do filho do senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, e propôs que a Assembleia Municipal de Peniche fizesse um minuto de silêncio.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio em memória do filho do senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça.

Um voto de pesar pela continuação da guerra na Ucrânia, onde milhares de pessoas já faleceram e, infelizmente, milhões de pessoa têm o seu futuro muito incerto.

**Mariana Rocha (CDU):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte moção:

«Moção - 1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador

*Os acontecimentos ocorridos em Chicago em 1886, quando mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas numa manifestação pacífica, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para as 8 horas, e que terminou com mortes e detenções, fizeram com que esta data seja comemorada a nível mundial de diversas formas, e sempre por causas a todos comuns.*

*Durou até 1889 a repressão política contra os trabalhadores de Chicago, cuja persistência na luta e a solidariedade internacional pelos direitos da classe, levaram o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, a decretar nesse ano de 1889 o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, com repercussões em Portugal, que levaram ao reforço da luta do movimento operário português em finais do século XIX.*

*O primeiro 1º de Maio livre celebrado em Portugal, 6 dias após o 25 de Abril de 1974, foi a maior manifestação alguma vez organizada no nosso país.*

*Trata-se de uma data de elevada importância para trabalhadores, movimento sindical e todos os defensores de uma sociedade mais solidária, mais justa e de afirmação dos valores sociais.*

*Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida a 22 de Abril de 2022, em sessão ordinária delibera:*

*1. Saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os trabalhadores do concelho de Peniche e, particularmente, os trabalhadores municipais e de freguesia, o movimento sindical, assim como as entidades que, com base nos princípios da igualdade, fraternidade, solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses.*

*2. Saudar todos os trabalhadores que, em todo o mundo, com coragem, determinação e persistência, lutam pela liberdade, paz, direitos sociais, políticos e sindicais.*

*3. Saudar as lutas dos trabalhadores do sector conserveiro, da DOCAPESCA e pescadores do concelho de Peniche, que lutam pela revisão dos contratos coletivos de trabalho, por melhores salários e melhores condições de vida e de trabalho.»*

**Deliberação n.º 11/2022:** Submetida a votação, foi a moção do 1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador, apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária, aprovada por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor.

**Vítor Agostinho (CDU):**

Apresentou, verbalmente, a seguinte moção:

«Moção – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

*Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da nossa vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.*

*Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor,*

*associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.*

*E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.*

*Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.*

*Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.*

*Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.*

*Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.*

*Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.*

*Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.*

*Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.*

*Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.*

*Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.*

*Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.*

*Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.*

*O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.*

*A Assembleia Municipal de Peniche delibera:*

*1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;*

2. *Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;*

3. *Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*

4. *Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios»*

**Deliberação n.º 12/2022:** Submetida a votação, foi a moção comemorar abril, afirmar, valorizar o poder local democrático, apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária, aprovada por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, e uma abstenção (1).

#### **APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**

Passando a Assembleia à apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

##### **Francisco Salvador (PSD):**

Disse que tem acompanhado, com muita preocupação, o trabalho que se tem desenvolvido na limpeza das Muralhas de Peniche, não só pela forma demorada que elas têm demonstrado, o que significa que provavelmente não terminarão na data prevista, apesar de saber que se trata de um trabalho que requer cuidado, um trabalho certamente difícil, logo, a lentidão talvez se justifique. Referiu que a zona do quebrado estava cada vez mais esburacada, com falta de pedra, por força do mar, mas também por mau condicionamento e construção daquela zona da muralha e, na sua opinião, não houve qualquer benefício, pelo menos até ao momento, e isso era preocupante, porque ela pode quebrar. Por outro lado, parece-lhe que toda a gente espectava que fossem reconstruídas e repostas as Guaritas que estão derribadas e que aparentemente, até ao momento, também não tiveram qualquer evolução. Depois, em seu entendimento mais grave, era o facto de ter sido feita a limpeza das plantas da muralha, que é saudável para a muralha, dado que as plantas não só desfeiam como também minam com as suas raízes, mas na zona de intercessão entre duas pedras, ficava desguarnecido, não leva qualquer tipo de argamassa, o que significa que dentro de alguns meses as plantas voltaram a aparecer, logo, quando acabar todo o trabalho ele teria de ser recomeçado, porque estará minado com plantas pela muralha. Gostaria de saber se iria ou não ser impermeabilizado o topo das muralhas, porque a água infiltra-se no topo das muralhas, que são bem largas, e vão minando também o interior das muralhas, que como se sabe não é de pedra, as muralhas são constituídas por duas paredes e um aterro no meio, o que significa que haverá entrada de água pelo topo e minará todo aquele miolo que pode vir a trazer problemas no futuro.

Perguntou se houve alguma *démarche* junto da entidade tutelar dos Monumentos Nacionais, no sentido de procurar uma solução para aquele bico do muro de suporte do adarve do Baluarte da Misericórdia, ou seja, existe um bico que está quase em cima da Rua 13 Infantaria que estrangula aquela artéria, sendo apenas um muro de suporte, não é parte da muralha, o que significa que, provavelmente, a Direção Geral poderia encontrar uma solução, deslocalizando-o um pouco permitindo o alargamento da rua.

Considerando que recebeu o Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos, perguntou qual era a posição atual.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o acompanhamento das obras das muralhas era feito por técnicos, que existe uma fiscalização contratada que é muito exigente, que já manifestaram preocupação, até porque é a obra que têm estado a acompanhar com maior proximidade, em relação à empresa que está a fazer a empreitada e, na última reunião que tiveram, garantiram que iriam cumprir o prazo estabelecido, até junho de 2023, logo, teriam que aguardar. Indicou que estavam a procurar perceber, principalmente nesta fase, porque um dos dilemas desta candidatura tinha que ver com o valor que foi aprovado, que é insuficiente em relação àquilo que ambicionavam inicialmente, logo, foi necessário ajustar o caderno de encargos àquele valor. Em relação às guaritas, disse que estavam previstas intervenções, a seu tempo seriam feitas, aliás, uma delas foi intervencionada. Aproveitou para referir que a situação da praia do quebrado era uma questão de programação, pois não é desejável que a intervenção na parte da muralha, onde sofre mais a força do mar fosse feita numa altura destas, com a imprevisibilidade da situação, portanto, será intervencionada após estas fases que estão a desenrolar e, provavelmente, depois de passar as marés mais fortes, no fim da primavera ou do verão. Relativamente à argamassa, informou que tudo foi acompanhado e dentro daquilo que estava estabelecido, em termos de contrato, está a ser cumprido, e mesmo que haja alguma falha elas serão corrigidas de acordo com a equipa municipal que está a acompanhar, costuma estar um ou dois Técnicos do Município e como referiu era a única obra, das grandes obras que têm estado a ser desenvolvidas, que tem contratada uma equipa de fiscalização, pela sua dificuldade e especificidade, que o deixava particularmente satisfeito, porque são muito exigentes. Quanto às zonas que estão a ser impermeabilizadas, disse que umas podem ser, outras não, mas existe rigor, a Direção Geral do Património Cultural está a acompanhar, a nossa arqueóloga também, está tudo a ser acompanhado como tecnicamente entendem que deve ser acompanhado, inclusive, numa parte da muralha fez-se mais trabalhos do que estavam previstos e chegou-se à conclusão que deveria ser impermeabilizada. Sobre o famoso bico da muralha, aguardam alguém da Direção Geral do Património Cultural venha a Peniche, mas o Governo tomou posse agora e estavam a iniciar os contactos nas várias frentes, inclusive com as diversas Secretarias de Estado, e esta era uma das situações que pretendiam abordar, inclusive, já no passado, a Direção Geral do Património Cultural veio a Peniche por causa daquela zona da cidade e das muralhas.

Em relação ao Regulamento dos Horários de Estabelecimentos, disse que, de facto, estava muito atrasado, mas foi feita uma proposta que entenderam partilhar com todos, para que quem conheça, que tenha experiência e sensibilidade pudesse ajudar a melhorar o regulamento, porque a pior coisa que fariam, neste e noutros regulamentos que estão para sair, era aprová-los só porque sim, e depois, como aconteceu no passado, eles não se aplicam. Acrescentou que se tratava de um regulamento muito exigente e não valia a pena ter demasiada pressa, até porque o propósito era tentar que este regulamento fosse presente na Assembleia Municipal de junho, para ser aprovado, mas gostaria de obter o contributo de todos para melhorar a sua aplicabilidade.

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que gostaria de começar por assinalar o regresso dos eventos culturais no nosso concelho, nomeadamente os Concertos de Páscoa que foram realizados em Peniche

e em Atouguia da Baleia, com a Banda Filarmónica União 1.º Dezembro de Atouguia da Baleia, com o senhor Professor Gerardo e, também, com a Academia de Música de Lisboa. No mesmo âmbito, assinalou o regresso das tradições religiosas às nossas ruas, não só em Peniche, mas, também, em Atouguia da Baleia, pelo que agradeceu à Paróquia de Peniche, à Santa Casa da Misericórdia de Peniche, à Santa Casa da Misericórdia da Atouguia da Baleia que organizaram e embelezaram as nossas ruas e mostraram as nossas tradições àqueles que nos visitam. Agradeceu igualmente ao Município de Peniche por ter colaborado na organização.

Fez referência à realização do Campeonato Mundial de Surf, que decorreu muito bem, mais uma vez. Assinalou as provas que regressaram ao nosso concelho, nomeadamente as provas desportivas, Corrida das Fogueiras, a Corrida da Praia Norte e o Triatlo.

Mencionou a participação do Município de Peniche na Mostra de Rendas de Camarinhas, na Galiza, com a presença da Escola Municipal de Renda de Bilros e da senhora Vereadora da Cultura, professora Ana Batalha.

Deu uma nota positiva à aprovação, recente, do projeto Smart Ocean, com quatro vírgula três milhões de euros, que será construído junto ao Cete Mares e que será uma âncora para a economia local e nacional, nomeadamente do *Cluster* do Mar. Disse que o Smart Ocean foi defendido por todos os partidos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, mas foi sempre proposto pelo Partido Socialista nas eleições legislativas, quer em 2019, quer em 2022, no programa Distrital, logo, ficavam satisfeitos com a concretização da aprovação deste projeto.

Disse que a Nau dos Corvos era uma concessão que tem dado imensos problemas à Câmara Municipal, com uma dívida de trinta mil euros ao município, perguntou quanto já foi pago, e o que se previa fazer para a requalificação de toda aquela área, não só o restaurante, mas também daquele espaço que é muito visitado por tanta gente.

Relativamente ao posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, um processo que se arrastava há alguns anos, mas que no final do mês de março foi lançado o concurso para a execução das obras de loteamento da unidade e execução em Atouguia da Baleia. Esperavam que houvessem concorrentes para elaboração daquela obra, mas continuava a faltar o cronograma que lhes prometeu há dois anos, ou seja, o plano para a concretização do posto da Guarda Nacional Republicana.

Sobre o asfaltamento, indicou que existiam muitas ruas em mau estado, não só na cidade, mas também em todo o concelho, na zona rural, dando como exemplos, parte da Avenida Monsenhor Bastos, a Avenida 25 de Abril, as ruas do Centro Histórico de Peniche, tanto no núcleo de Peniche de baixo, como no núcleo de Peniche de cima, a Rua Luís de Camões, a Estrada dos Casais de Mestre Mendo que está num estado lastimável e, portanto, todas estas zonas precisam de receber um novo asfaltamento para dar maior qualidade às nossas estradas. Referiu que, no início do mandato, o senhor Presidente disse que iria fazer um plano de asfaltamento, gostaria de saber se poderiam conhecê-lo.

Em relação à Estação da Rodoviária, expressou que a mesma foi recentemente recuperada, no entanto, continuava num estado de elevada degradação, as paredes estão escuras, o gradeamento exterior está cheio de ferrugem, os passeios interiores, em alguns locais, destruídos, ervas por todo lado, os espaços verdes exteriores já nem árvores têm, o que denotava que alguns dos materiais para ali escolhidos não foram os mais indicados para a nossa terra. Adiantou que a primeira imagem de um turista a chegar a Peniche, via autocarro, não era a melhor e quando saem da Estação Rodoviária encontram um



monte de entulho dentro da zona onde se encontram os armazéns da Câmara Municipal.

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse que, em 2017, foi iniciado um novo ciclo de desenvolvimento, referindo que um ciclo tinha como objetivo recuperar o atraso que ainda temos, em relação a outros Municípios, e nesse sentido assistimos a diversos projetos que estão em curso e esses mesmos que os nossos concidadãos nos confrontam na rua no que aos prazos diz respeito.

Indicou que falar da antiga central elétrica e no novo Centro Cívico Intergeracional era falar de mais cultura, uma obra financiada pelos fundos comunitários, hoje em dia, ao passar pela obra, assiste-se a progressos significativos, um projeto que esteve sem solução durante mais de quinze anos, um projeto com grande preocupação ambiental em que a população anseia pela sua finalização. Perguntou quando se abririam as portas para celebrar aquele novo espaço que irá ser um encontro de gerações.

Apesar de o senhor Presidente da Câmara, há pouco, ter respondido, referiu que a reabilitação das muralhas se tratava de mais um projeto financiado pelos fundos comunitários merecedor de uma intervenção inadiável, preservando o património, e sabiam que a expectativa da população era grande em termos de resultados finais.

Sobre o Forte da Consolação, não tinha dúvidas que quando estivesse pronto teríamos mais uma grande sala de visitas no nosso concelho. Indicou que se tratava de uma reabilitação necessária que diz muito à população, mas todos sabiam que se prolongou no tempo devido às suas exigências. Perguntou se havia previsão para o término da obra.

Relativamente à obra da 2.<sup>a</sup> fase de requalificação do fosso das muralhas e da Rua da Ponte Velha, também ela financiada pelos fundos comunitários, disse que falar desta intervenção era falar de um verdadeiro projeto de mobilidade, com uma ciclovia ao longo do percurso que, ao mesmo tempo, tem como objetivo tornar aquele lugar mais aprazível, com mais qualidade de vida. Indicou que a mesma estava a andar a bom ritmo, mas faltavam, ainda, os trabalhos finais. Perguntou quando estava prevista a sua finalização.

Quanto ao desenvolvimento económico, referiu o Smartocean, também já falado, hoje, pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, um projeto de inovação e desenvolvimento, vindo do mandato anterior, uma grande bandeira do senhor Presidente de Câmara e do senhor professor Sérgio Leandro, uma parceria que envolveu o Município de Peniche, a Docapesca, o Instituto Politécnico de Leiria e a Biocant e, também, ele financiado pelos fundos comunitários. Expressou que se tratava de uma obra que iria permitir apostar forte na economia do mar, captar investimento e, consequentemente, fixar jovens e apostar em economia de emprego permanente. Perguntou quando iria ter início a sua construção.

Sobre a saúde, disse que ao longo do tempo o Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche tem vindo a alertar que era preciso dar pressa ao novo hospital do Oeste. Indicou que não queria repetir o que disse na última Assembleia Municipal, mas sabiam que os chefes de equipa do Serviço de Urgência do Hospital de Caldas da Rainha pediram a demissão do cargo, mais um alerta para esta situação. Acrescentou que, ontem, teve a oportunidade de estar presente na Assembleia Intermunicipal do Oeste e fez um apelo em direção à revolução deste grande desígnio que é o novo hospital, e a resposta dada foi que estava em curso um estudo sobre o assunto, que irão aguardar, mas não eternamente, porque urge encontrar uma solução.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Relativamente à Nau dos Corvos, disse que a decisão principal, na sua opinião, foi que a Câmara recentemente decidiu avançar com a contratação do projeto para um novo edifício, com o objetivo de poder candidatar-se o mesmo, porque será muito exigente, ou concioná-lo a alguém que possa apresentar candidatura. Adiantou que uma das razões que motivou a prorrogar o contrato anterior foi para recuperar metade do valor em dívida que existia há muito tempo, e conseguiram que a empresa pagasse a renda e pagar parte da dívida. Por outro lado, antes de tomar posse existia um litígio entre a empresa e a Câmara Municipal, relativamente a relatórios controversos que suscitam dúvidas e avaliações, e se este processo for para Tribunal nunca mais sairá de lá. Indicou que este assunto seria, oportunamente, debatido pela Câmara Municipal, mas, neste momento, não era a sua prioridade, porque são tantos os dossiers que nem os Vereadores que estão atualmente na Câmara Municipal percebem a pressão diária da gestão municipal, porque não há tempo, não há hipótese e a casa continua, ainda, a ser arrumada para que tenham mais hipóteses. Em relação à área, disse que, no mandato anterior, talvez em 2018, foi elaborado, pelos serviços, uma proposta para o arranjo do exterior de toda aquela envolvente, inclusive, propondo deixar de ter uma casa de banho subterrânea e passar a ser térrea, em madeira tratada, com um quiosque e vários arranjos à volta, mas as diversas entidades levantam-lhes muitas dificuldades. Acrescentou que há procedimentos a ser tratados, em relação ao projeto.

Sobre o posto da Guarda Nacional Republicana em Atouguia da Baleia, disse que o não envio do cronograma era falha sua. Disse que o iria procurar, até porque poderão ver-se as dificuldades do processo. Adiantou que a Câmara Municipal não tem, ainda, setores técnicos em condições para conseguir fazer todos os procedimentos de todos os processos que querem dinamizar, mas a questão do posto da Guarda Nacional Republicana estava muito para além disso, porque quando tomou posse, parecia estar tudo pronto e nem sequer existia processo de loteamento. Indicou que, neste momento, iriam tentar sensibilizar a senhora Secretária de Estado da Administração Interna, no sentido de ser considerado pelo senhor Ministro a verba necessária para o ano 2023 e, entretanto, também tinha ficado acordado que seria o Governo a elaborar o projeto. Referiu que a prioridade, e neste caso agradeceu a intervenção do Partido Socialista, ia no sentido de consagrar o projeto e o dinheiro para a execução do Quartel da Guarda Nacional Republicana, porque as resistências que possam haver, mesmo ao nível da Guarda Nacional Republicana que não deseja a construção do novo quartel em Atouguia da Baleia, pensa que estão todos em sintonia de que aquilo é um desejo da população e uma reivindicação da população que tem de ser concretizada.

Em relação aos asphaltamentos, disse que se a maior preocupação era na Avenida Monsenhor Bastos ou na Avenida 25 de Abril, entendia que no entroncamento com a Travessa da Fé e com Rua da Liberdade existissem alguns assuntos que deveriam ser desbastados e asphaltados. Referiu que não havia qualquer problema em partilhar com todos o plano de asphaltamento, até porque ele é exausto e seria bom que todos tivessem consciência, e se as coisas se complicassem poderiam propor a contratação de um empréstimo para resolver. Acrescentou que, há quatro anos atrás, pensaram que grande parte dos asphaltamentos seriam feitos através da contratação de uma empresa, mas chegaram à conclusão que não seria possível, pensaram também que os equipamentos do Município estivessem em melhores condições do que estavam, logo, foram todos

renovados, o cilindro, o asfaltador, os camiões e a Bobcat. Posteriormente, procuraram planear de forma justa, fizeram grandes intervenções na Freguesia de Ferrel, na Freguesia de Atouguia da Baleia, nomeadamente na vila, mas também nos Casais Brancos, alguma coisa em Geraldês, na Coimbrã, Casal Faísca, os Fetais, tendo ficado a parte norte por fazer. Disse que, com a primavera começavam a ter condições, em termos de temperatura, para executar este tipo de obras, e o plano seria começar por executar a Rua Dom Francisco Coutinho, em Atouguia da Baleia, a seguir existe o compromisso de, em alguns locais da cidade, substituir o asfaltamento e colocar novo num conjunto de ruas que pretendem executar. Fez a ressalva de que, em termos de planeamento, existe um acordo partilhado entre a Balealcoop e a Câmara Municipal para fazer a frente e a lateral da Balealcoop e depois teriam de fazer duas urbanizações, uma no Alto Veríssimo e outra na Bufarda, e estando na Bufarda iriam fazer mais alguns arruamentos onde continua a ser necessários intervir, exceto aqueles que, em termos de Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, estiverem projetados. Fez referência a algumas ruas que estão em péssimas condições na cidade, a Rua dos Hermínios, a Rua Joaquim António de Aguiar, a Rua Garret e a Rua 1.º de Dezembro, onde, provavelmente, iriam tapando os buracos com massa a frio, porque estão a aguardar um projeto que tem que ver com o pluvial uma vez que são zonas que inundam quando chove muito.

Em relação à estação da rodoviária, deu conta que solicitou que se fizesse um levantamento sobre o estado das instalações. Referiu que tinham a noção que era necessário fazer-se ali um investimento, dar outra imagem, não só por ser a primeira imagem de Peniche, que é, e estava de acordo com o senhor Deputado Henrique Estrelinha, mas porque aquilo não estava adequado aos tempos de hoje.

Quanto ao Centro Cívico, indicou que estava no bom caminho, houve um contratempo numa das salas, o madeiramento não estava previsto no projeto, o que atrasou um pouco, mas estão a tentar que possa abrir as instalações em setembro.

Relativamente às Muralhas, já respondeu, está dentro do prazo estabelecido e dentro das condicionantes da Covid-19 e de outras situações. Referiu se o prazo não fosse cumprido iriam ter um problema, pois alguém teria que o pagar. Adiantou que as candidaturas tinham que estar fechadas, o mais tardar, em junho.

Sobre o Forte da Consolação, disse que estavam à espera de uma alteração, o projeto foi mal feito, os levantamentos topográficos estavam mal feitos, houve pressa, depois pararam, falaram com a empresa e, também, com a Direção Geral do Património Cultural. Informou que estavam a aguardar a última revisão do Gabinete do Projeto para ver se conseguiam acabar a obra.

Em relação ao fosso da Muralha, referiu que o prazo terminava este mês, a chuva atrapalhou um bocadinho, mas visitaram a obra esta semana para ver alguns pormenores e não levantou grandes preocupações, no entanto, um projeto de uma candidatura deve ser mais partilhado, ou seja, quando se olha para um projeto, não se deve olhar apenas para o bonito ou para o conceito, devem questionar como o iriam executar, o que significa que, para além dos autarcas, devem estar os projetistas, o saneamento, os paisagistas, e sobretudo a Divisão que irá acompanhar a sua execução, e sente-se que por vezes isso falha.

Disse que não sabia quando se iniciaria a construção do Smart Ocean, até porque a Direção do mesmo decidiu fazer a revisão do projeto para que não se cometessem erros, e isto não tinha que ver apenas com o facto de ter sido aprovado os quatro vírgula três milhões de euros, era o facto de ser a cem por cento, e isso é uma grande responsabilidade,

mas também é uma mais valia para o nosso concelho, em termos de desenvolvimento, assim saibam, particularmente as gerações mais novas, tirar partido do potencial que trás, e, estando tudo aprovado, esperava que iniciasse este ano.

Relativamente à Saúde, referiu que o assunto se tem arrastado, neste momento está na sede da Oestecim, contudo, na sua opinião, o primeiro passo seria chegar a uma conclusão e já disse que estava pronto a aceitar a decisão do governo, seja em Bombarral, em Óbidos, em Caldas da Rainha, tem é de ser tomada uma decisão. Reafirmou que não precisam obter unanimidade na votação, cada um tem a sua opinião, mas se depois de o estudo estar feito o Governo, como lhe compete, decidisse onde seria, a primeira parte do problema ficaria resolvido, a outra parte são os milhões, e se fosse possível encaixar um investimento desta natureza no Plano de Recuperação e Resiliência seria bom para todos, mas precisamos muito dum hospital de qualidade e de dimensão.

**Luís Almeida (PSD):**

Em relação ao que foi referido sobre o Smart Ocean, disse que partilhava da opinião que o Smart Ocean era uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento e não era a primeira vez que iria, neste âmbito, referir isto. Indicou que o Smart Ocean só seria uma ferramenta eficaz se encarassem o Porto de Pesca como um polo tecnológico, ou seja, o Smart Ocean teria que ser um dinamizador empresarial, um dinamizador de ciência, mas, também, um dinamizador empresarial no Setor das Pescas, e também da indústria alimentar, portanto, teria que haver, por parte da Câmara Municipal, uma liderança do projeto, no sentido do projeto não ser exclusivamente científico, ser um projeto prático, um projeto empresarial. Felicitou o facto de terem tido a capacidade de concretizar uma boa obra, mas agora era preciso ter a capacidade de fazê-la trabalhar para que tenha o seu papel de desenvolvimento.

Solicitou um ponto de situação sobre o Parque Campismo, quais foram os desenvolvimentos do que foi aprovado na Assembleia Municipal.

Sobre a empresa de transportes que a Câmara iria envolver-se com a Oestecim, perguntou qual era o nível de decisão que cada concelho poderia ter e quais os montantes envolvidos, porque poderia até ser um bom projeto, mas também poderia ser um encargo muitíssimo elevado, fazendo com que o projeto seja pouco viável para os nossos interesses.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que estava de acordo com o que foi referido pelo senhor Deputado Luís Almeida, era esse o objetivo, tentar dotar a Associação com as capacidades, as dinâmicas e a proximidade aos nossos empresários, mas também a outras capacidades e outros conhecimentos que vêm de fora e que estava a ser trabalhado nesse sentido.

Deu conta que, em relação ao Parque Campismo, foi o que estava no Caderno de Encargo, setecentos e cinquenta mil euros, que foi preenchido, com uma proposta de investimento de vinte e três milhões num ano, que era o pretendido, foi adjudicado, a empresa está com pressa e estão a suscitar a ajuda da Câmara Municipal que está, logicamente, disposta a ajudar. Informou que, apesar de o ter feito no passado, iria reunir com os trabalhadores, para tranquilizar e quem quisesse poderia pedir uma licença sem vencimento para experimentar, caso fosse convidado pela empresa, se não todos teriam lugar no município, estava tudo previsto.

Em relação à empresa de transportes, referiu que também tinha algumas preocupações, todos os Presidentes de Câmara tinham preocupações, mas estão a desenvolver-se os estudos que têm de ser desenvolvidos, há alguma segurança naquilo que se está a fazer, logicamente que é bom que o Tribunal de Contas intervenha e quem está a decidir terá isso em conta, mas, no seu entendimento, está tudo com muito cuidado, com empresas e com pessoas experientes a acompanhar. Adiantou que, quando tivesse mais conhecimento informaria quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Explicou que, não esteve presente na última sessão da Assembleia Municipal, porque teve um problema de última hora e não conseguiu fazer-se substituir.

Não quis deixar de dizer que quem o representava na Assembleia Municipal era a Bancada do Partido Socialista.

Referiu que depois de dois anos, hoje foi um dia sem máscaras, no entanto, era um pouco antagónico estarem sem máscaras e a Assembleia Municipal não ter público presente. Compreendia que se tratavam de indicações do senhor Comandante da Proteção Civil, mas, na sua opinião, deveriam começar a ter uma maior abertura à população.

Felicitou a Câmara Municipal pela instalação dos depósitos de recolha de óleo alimentar, algo que vinha a referir, talvez, há dois ou mais.

Referiu que reparou no edital da reunião de Câmara Municipal de hoje e, no ponto quarenta e cinco, estava uma homologação do auto de vistoria da Rua da Biquinha, em Ferrel, pelo que gostaria de saber o que foi homologado e perceber se poderia ter acesso à informação, porque aquela rua foi problemática, as questões foram colocadas a tempo de se resolver, a Junta de Freguesia disponibilizou-se e não tem resposta.

Indicou que os pedidos de fiscalização que a Junta de Freguesia tem feito, estão sem resposta e sem resolução, e têm sido enviados diversos pedidos para a fiscalização ou outro tipo de intervenção do Município, como o senhor Presidente da Câmara solicitou que fizessem, e há questões que quanto mais tempo passa pior.

Informou que estava a ser instalada uma conduta de gás no Baleal Sol Village II. Relembrou a questão da Lusitaniagás que não obteve, ainda, qualquer informação sobre o assunto e gostaria de saber o que se estava ali a passar.

Disse que fez recentemente um ano que colocou, por escrito, a questão sobre o amontoado de caravanas que estão no Baleal, num terreno alugado pela Câmara Municipal, onde existe um WC a céu aberto, estão a montar estruturas como se aquilo fosse o quintal deles, e a Junta de Freguesia solicitou, diversas vezes, a intervenção do Município, uma vez que está previsto na Lei e no Regulamento. Referiu que estavam disponíveis para se deslocar ao local com o alguém município, porque entendem que aquela situação não deve continuar como está. Adiantou que não poderiam haver parques de Caravanas se continuassem a permitir que aquilo aconteça daquela forma.

Em relação ao asfaltamento em Ferrel, disse que foi menor que o mandato do que antecedeu o do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, bastava pedir aos serviços a contabilização.

Ouviu o senhor Presidente da Câmara queixar por ter muitas frentes e muito trabalho, no entanto, há dois ou três meses, fizeram um pedido que já tinha sido conversado aquando das Grandes Opções do Plano, para que a manutenção e instalação dos sinais de trânsito fosse delegada na Junta de Freguesia e não obtiveram resposta.

Referiu que para haver tempo para todas as frentes era importante fazer-se um planeamento, mas também era importante delegar e, na sua opinião, os sinais de trânsito não deveria ser uma preocupação da Câmara Municipal, até porque já era um serviço feito pela Junta de Freguesia, mesmo sem ser da sua competência, e o que precisam é de perceber a resposta.

Entregou as seguintes propostas:

«Ex. Mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Peniche,  
Ex. Mos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Peniche,  
Ex. Mos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal de Peniche,  
Ex. Mos (as) Srs. (as) Presidentes de Junta de Freguesia,

Considerando que:

- A desatualização de forma geral dos Regulamentos Municipais vigentes, deixam a desejar e por regular muitas situações, atos e práticas comuns no nosso concelho, ainda que alguns estejam em processo de revisão;

- A legislação existente prevê em várias matérias que algumas situações, atos e práticas comuns no nosso concelho, sejam puníveis ou passíveis de sanções ou multas, ficando um vazio sobre quem as deve aplicar;

- Existem matérias que não estão previstas na lei e que têm que forçosamente figurar em documentos regulamentares locais para estarem reguladas;

- Temos no nosso concelho, vários casos, de situações em que a conduta levada a cabo, é lesiva ao erário público e não encontra enquadramento para que possa ser sancionada. Esta realidade é verificada em vários casos nos domínios das Vias Públicas, Fontes e Lavadouros, Poços e Furos, Iluminação Pública, Jardins, Monumentos, Águas, Baldios, Terrenos Públicos Municipais, Divagação de animais, Apascentação e Trânsito de Gado, Turismo em diversos domínios e sobretudo em Caminhos Agrícolas ou Vicinais, entre outros;

Comissão para a elaboração de uma proposta de código de posturas municipais do concelho de Peniche

Composição Proposta:

- Presidente da Assembleia Municipal de Peniche;
- 1 Elemento de cada força política com assento na Assembleia Municipal de Peniche;
- 1 Elemento de cada força política com assento na Câmara Municipal de Peniche;
- Presidentes de Junta de Freguesia;
- 1 Elemento da Proteção Civil de Peniche;
- 1 Elemento dos Bombeiros Voluntários de Peniche;
- 1 Elemento da Guarda Nacional Republicana de Peniche;
- 1 Elemento da Polícia de Segurança Pública de Peniche;
- 1 Elemento da Polícia de Marítima.»

«Ex. Mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Peniche,  
Ex. Mos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Peniche,  
Ex. Mos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal de Peniche,  
Ex. Mos (as) Srs. (as) Presidentes de Junta de Freguesia,

Considerando que:

- A situação atual relativamente a esta matéria no concelho de Peniche é absolutamente caótica promovendo um péssimo aspeto do nosso território;

- A legislação existente protege os municípios e obriga as operadoras a serviços e cuidados que não têm sido cumpridos no nosso concelho;

- O Partido Socialista, através da sua bancada na Assembleia Municipal de Peniche, apresentou por diversas vezes a sua preocupação e propostas neste sentido durante o mandato anterior;

- Já no atual mandato a questão foi identificada também na Assembleia Municipal de Peniche;

- Até ao momento e de acordo com o conhecimento que existe, não foram feitas diligências com vista à resolução de forma global;

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Peniche propõe a criação de uma comissão que elabore um relatório acerca desta temática, para que se possam tomar medidas efetivas junto das operadoras e/ou das entidades reguladoras no sentido de melhorar a situação existente de forma efetiva.

Comissão de estudo da realidade existente dos cabos elétricos e de telecomunicações na via pública no concelho de Peniche

Composição Proposta:

- Presidente da Assembleia Municipal de Peniche;

- 1 Elemento de cada força política com assento na Assembleia Municipal de Peniche;

- 1 Elemento de cada força política com assento na Câmara Municipal de Peniche;

- Presidentes de Junta de Freguesia;

- 1 Elemento da Proteção Civil de Peniche;

- 1 Elemento dos Bombeiros Voluntários de Peniche.»

#### **Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GECPP):**

Disse que, em relação à questão da homologação do auto da vistoria para efeitos de receção das obras de urbanização do loteamento na Rua da Biquinha, se tratava de uma questão técnica e que foi aprovada. Referiu que, logicamente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel teria acesso a toda a informação, e solicitou ao senhor Vereador Afonso Clara que acompanhasse todo o processo.

Sobre a questão do gás no Sol Village II, referiu que desconhecia como estava a ser executado, mas, obviamente, teria de estar licenciado.

No que diz respeito às autocaravanas no Baleal, disse que, de facto, a questão foi ali referida várias vezes e também os preocupava, mas quais seriam as alternativas e de que forma as poderiam trabalhar, como a que iniciaram, em conjunto com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, em Consolação, que pretendem melhorar. Indicou que foi ao local com Técnicos Municipais e, para além do estacionamento das autocaravanas, não viram nada fora do normal, no entanto, pode ter sido casualidade e as coisas podem ter-se agravado.

Em relação ao asfaltamento, disse que não os iria comparar com outros mandatos, aliás, só o poderia fazer se tivessem tido equipamentos prontos para trabalhar quando iniciaram funções e não tinham, logo, não existia comparação. Explicou que na Serra d'El-Rei não se asfaltou nada durante o mandato, porque grande parte das ruas já tinham sido asfaltadas, no entanto, estão referenciadas duas ou três ruas e também a Estrada do Béltico, que ninguém asfaltou, mas têm previsto realizar um grande investimento, em colaboração com a Câmara Municipal de Óbidos. Indicou que a comparação era em termos de proporção com as outras freguesias, particularmente com a cidade de Peniche e com a Freguesia da Atouguia da Baleia.

Sobre a delegação de competência nos sinais de trânsito, disse que não sabia do que se estava a falar, mas que, da sua parte, estava aberto a quase todas as transferências e, à partida, havendo condições para colaborar com as quatro freguesias e desde que

estivesse estipulado pela Divisão de Obras Municipais fornecer os sinais, as freguesias poderiam executar.

Em relação às comissões, disse que estava preocupado, que o mapa de pessoal tem previsto um lugar para a contratação de um técnico, tendo também como objetivo fazer um trabalho de intervenção nesta área, e não tendo sido propostos técnicos municipais para fazer parte das comissões, e achava bem que fossem constituídas comissões mesmo não sendo da sua lavra, no entanto, agradeciam o trabalho que as Comissões da Assembleia Municipal pudessem fazer para ajudar a fazer o melhor possível.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Relativamente ao Bairro dos Pescadores, congratulou a criação da Associação de Pescadores da Pesca Artesanal da ilha da Berlenga, uma Associação formada por pescadores, para pescadores, da pequena pesca artesanal e que colabora na área da reserva da Berlenga. Disse que a Associação iria, obviamente, ser uma mais valia no processo da gestão da Berlenga e uma entidade que deverá ser auscultada, nomeadamente na sua área de influência. Desejou, em nome do Grupo do Partido Socialista, que a Associação fosse efetivamente uma entidade importante na gestão da Berlenga. Referiu que existem catorze casas, onde os seus ocupantes vivem e fazem delas o seu alojamento durante a sua atividade profissional, não são turistas, ou seja, é o seu ganha pão o ano todo, mas, em pleno século XXI, aquelas casas onde eles vivem não terem casa de banho era no mínimo triste, desolador e que os deveria envergonhar a todos, e acima de tudo quem tem o poder de decidir. Expressou que o Grupo do Partido Socialista pretendia ver realizadas as obras necessárias e que fossem priorizadas as canalizações, até porque com a tecnologia atual era fácil prever o transporte dos homens para ilha e saber o estado meteorológico, portanto, bastava planeamento. Perguntou quando seriam efetuadas as obras para a construção das casas de banho nas casas onde a Câmara é responsável, que são todas, e sabendo que a Comissão de Congestão era parte integrante deste processo, bem como o Conselho Estratégico, e sendo o senhor Presidente da Câmara o Presidente da Comissão poderia assumir esta prioridade. Acrescentou que o Grupo do Partido Socialista não estava disponível para aceitar qualquer solução que passasse por uma instalação ou construção de uma casa de banho comunitária para os pescadores, querem instalações individuais, porque eles merecem, tal como existe nas outras casas geridas por este município.

Em relação à conceção do restaurante e como é do conhecimento geral, o restaurante da ilha da Berlenga estava em muito más condições quando iniciou o arrendamento da atual concessionária e, de acordo com o contrato, o município deveria fazer as obras de reabilitação, criando condições no edifício para que se pudesse desenvolver a atividade a que se destina, no ano 2019, apenas na segunda semana de março de 2020 se iniciaram as obras, quando o restaurante fechou a sua atividade no final do mês de setembro. Referiu que o Município não terminou as obras e nesse ano a proprietária ainda ficou inibida de trabalhar, por esse motivo. Adiantou que, no ano 2021, as obras ficaram parcialmente prontas em vinte e sete de maio, dia em que, finalmente, a concessionária começou a receber hóspedes no seu alojamento, mas ficaram ainda por realizar, segundo têm conhecimento à data de hoje, o arranjo do espaço de armazenamento de botijas. Perguntou se a mesma já estava realizada, caso não estivesse, qual o prazo para a sua realização. Acrescentou que se a obra em falta, como disse, apenas



foi acabada hoje, entre outras, tivesse acontecido anteriormente a concionária poderia ter iniciado a sua atividade a quinze de março, no entanto, por este atraso, ficou impedida de trabalhar no período da Páscoa, tendo inclusive de cancelar as reservas entretanto efetuadas. Expressou que esta questão assumia uma importância elevada, até porque tinham conhecimento que naquela conceção se iriam realizar eventos importantes, e estes sim, a par do alojamento e serviço de restauração, teriam que manter um nível de excelência e possuir um elevado grau de visibilidade, com os respetivos créditos para o espaço em si, para a ilha e para o Município. Perguntou se, à data de hoje, a obra em questão estava realizada e a que se deveu todo o atraso, com particular impacto para a arrendatária que, por acaso, é quem atualmente paga o maior valor de renda mensal das conceções atribuídas neste município.

Mencionou um outro assunto que achavam preocupante, que tinha que ver com a eletricidade que não é suficiente para toda a ilha, sendo ainda mais preocupante também para esta conceção, tendo inclusive havido várias tentativas para manter os frios do restaurante. Referiu que, no passado mês de outubro, foi dada ordem para desligar a luz estando o contrato ativo, perguntou quem ordenou que se desligasse a luz na ilha da Berlenga e qual o motivo para tal, quem tem o poder de ligar ou desligar a luz na ilha, com implicação quer para o restaurante, quer para todos os outros habitantes, incluindo os pescadores.

Deixou para reflexão do executivo e da Assembleia Municipal que o paradigma do Turismo na Berlenga estava a mudar e já não são apenas três meses de verão, mas praticamente todo o ano. A Câmara Municipal tem ali um local de eleição que deve preservar e potenciar, e os três meses de atividade turísticas passaram, no mínimo, a nove, devendo ser criadas condições para que os operadores turísticos possam trabalhar em condições, com eletricidade, com água e tratamento de resíduos.

Perguntou qual era o envolvimento que o Município tinha ao nível da plataforma de acesso à ilha da Berlenga. Referiu que sistema não permite ao restaurante e ao alojamento, que são propriedade do Município, ter uma área destinada aos que pernoitam naquela unidade, que, por sua vez, não permite, por exemplo, conjugar as reservas feitas nos *Erbien Bis*, *Booking*, etc, pelo que gostaria de saber se havia dissipabilidade para, em conjunto com a arrendatária, desenvolverem soluções para que esta situação pudesse ser melhorada.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino(GCEPP):**

Disse que, para si, primeiro estava o interesse do Município e não cedia a pressões particulares, e a concionária deu o valor que deu, porque quis, e conhecia a Berlenga, o restaurante e tudo melhor que ele próprio. Referiu que, em quatro anos fizeram aquilo que em vinte anos não foi feito, aquilo estava miserável e deixou-se chegar ao fim. Por outro lado, tinha que se saber bem a história, como num tribunal, tem que se ouvir bem as duas partes. Confirmou que as rendas estão em dia, mas era bom perceber-se quantas rendas foram perdoadas ao abrigo da Covid-19, e ver-se também toda a documentação existente. Referiu que, de facto, tinham a parte do gás para executar, mas porque razão tiveram de executar o piso das cozinhas que nem sequer estava no programa. Disse que fizeram muita coisa acima do que estava previsto, nos quartos de aluguer, no restaurante como um todo. Expressou que a primeira vez que foi à Berlenga, em março de 2018, viu gaiivotas mortas dentro de depósitos de água, e aquilo foi tudo substituído com muito esforço, a exigência que foi a obra no restaurante. Disse, ainda,

que iriam continuar, logicamente que o incomodava e o deixava triste algumas considerações, porque, na sua opinião, há um desconhecimento que no fundo iria no seguimento daquilo que são a contestação persistente e as reivindicações permanentes.

Informou que as casas não são da Câmara Municipal, o Bairro não é da Câmara Municipal, é do Instituto Gestão Financeira da Segurança Social.

Quanto à existência de projeto e se existem canalizações feitas, disse que não poderiam chegar e fazer casas de banho só porque as pessoas reivindicam. Deu conta que tinha sido colocado um equipamento que transforma água salgada em água doce, mas no ano passado a água falhou e tem uma implicação no consumo de energia.

Indicou que teria de mostrar ao senhor Deputado Carlos Miguel Amaral a lista dos equipamentos que o restaurante tem e a E-Redes não tem hipótese. Adiantou que estava a ser estudada uma alternativa para um dos problemas que existe, que é manter o frio na noite, e foi para isso que foi feito. Deu conta que esteve reunido, por videoconferência, com a E-Redes e com outra empresa para ver se conseguiam colocar umas baterias que garanta a energia, mas com o número de equipamentos que lá estão é muito difícil conseguir que a E-Redes mantenha.

Referiu que não era verdade que a luz não era desligada, de acordo com um engenheiro do Município a luz era desligada todos os anos, inclusive, o ano passado foi desligada mais tarde.

Questionou como poderiam ser criadas expectativas e o senhor Deputado estava a criar expectativas de que era fácil, que deveriam encarar aquilo como prioridade, mas a Câmara Municipal tem cerca de cento e oitenta pessoas a solicitar habitação, o que significa que têm casas para arranjar há quatro anos, pelo menos, e não estava a falar no Bairro do Calvário, falava de casas na Rua das Redes, na Rua dos Covos, na Rua 1.º Maio onde são colocadas equipas e têm que as tirar para fazer outras coisas, porque, agora tinham a Mostra Internacional de Rendas, o Triatlo, a Corrida das Fogueiras, e as festas de todas as associações, o que significa que as equipas que fazem as outras coisas, param para isto tudo.

Disse que precisam de novas instalações para as adaptar às exigências, nomeadamente, com o novo organograma e com novas divisões. Pretende criar condições e a questão é, como é que atacamos todas as áreas.

**Vereador Ângelo Marquês (PS):**

Relativamente às questões da Berlenga, disse que a Associação de Pescadores da pesca artesanal da ilha da Berlenga já existe há algum tempo e poderia ter um papel muito importante. Deu conta que foi eleita, recentemente, uma nova direção. Indicou que têm um comité para gerir a apanha sustentável e valorização de percebe nas Berlengas, que é único no nosso país e conseguiram-no, não agora, mas de mandatos anteriores. Adiantou que com esta associação também teriam condições de poder trabalhar ao nível do pescado da Berlenga.

Em relação à plataforma eletrónica, disse que o que exigia a todos os autarcas era ponderação, porque a plataforma eletrónica saiu em portaria, da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o que a Câmara Municipal poderia fazer, inclusive, com a ajuda dos membros da Assembleia Municipal, e teriam de ser muito claros, era ser mediadora entre aquilo que são os superiores interesses da comunidade, aquilo que é a capacidade de carga, que tem de ser cumprida nas Berlengas, e articular isto com o senhor Secretário de Estado que tem a tutela e com o Instituto da

Conservação da Natureza e das Florestas. Acrescentou que teriam de gerir a situação com pinças, que estão a trabalhar, que esteve presente em duas ou três reuniões com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e que, obviamente, por ter o Pelouro do Turismo estava preocupado. Disse, ainda, que estavam a tentar que a plataforma tivesse um processo de maturação, que pudesse ser testado, mas teriam que ser serenos nesta questão, porque se discutirem a plataforma publicamente perderam ganhos de causa na negociação que têm de ter com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e com o senhor Secretário de Estado.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Complementou dizendo que a Berlenga é, talvez, aquilo que os poderia representar melhor ou pior, e não se poderiam precipitar. Na sua opinião é muito difícil gerir esta casa, porque continua a ter muitas capelinhas e muitas resistências, e estão a trabalhar no sentido de sensibilizar toda a gente, os que já cá estão e os que entram, para que percebam que isto é Administração Pública e que são os interesses superiores que estão em causa. Uma das coisas que lhe faz confusão, na Berlenga, é que ninguém responde pela Berlenga. Afirmou que a Berlenga não é sua, apenas se interessou pelo assunto, não tem associado Pelouro e o mais lógico seria estar no Pelouro do Turismo, assim como o Parque de Campismo deveria estar no Pelouro do Turismo, mas ficaram consigo no mandato passado pela sua exigência, porque dentro da estrutura o Presidente, normalmente, tem mais peso que os Vereadores. Referiu que, para simplificar, mas com muito cuidado, deveriam ter um gestor de processos para a ilha da Berlenga que, logicamente, teria de ser técnico de uma determinada área, que faça a ponte com todos os outros, seria mais fácil, não para aliviar, mas para agilizar todos os procedimentos.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):**

Em relação à rede viária, disse que este era dos assuntos que marcava esta Assembleia Municipal, e os movimentos, relativamente a este assunto, são muitos. Nós recebemos, uma carta do responsável dos proprietários do empreendimento Béltico, que representa casas de mil cento e setenta pessoas e colocaram mais uma vez esta questão, porque a Câmara Municipal já deu várias informações na Assembleia Municipal a este propósito. Lembrou que uma hipótese era o alcatroamento na totalidade, a ser assumido, uma parte pelo Município de Peniche e, eventualmente, pelo Município de Óbidos. Depois, uma intervenção diferente, relativamente às curvas e contracurvas, mais delicadas, e que estão registadas pela Proteção Civil como zonas de acidentes, e um outro tipo de intervenção, que é aquela que é feita regularmente, tapar os buracos com massa fria que todos sabiam que vale o que vale. Referiu que o senhor Presidente da Câmara deu nota que o Município de Óbidos estaria novamente disponível, mas não era a primeira vez que a Câmara Municipal de Óbidos está disponível e depois, quando se chega ao concreto, não se faz. Perguntou se sim e em que condições. Informou que o seu colega Presidente da Junta de Freguesia de Amoreira o contactou no sentido de fazerem uma reunião pública sobre este assunto, mas ele próprio não gostaria de fazer uma reunião pública sem estar devidamente informado pela Câmara Municipal de Peniche, sobre aquilo que está previsto relativamente a esta intervenção.

Deu conta de uma notícia de um dos Jornais da Região, que os autarcas das Câmaras Municipais do Oeste estiveram recentemente na Expo Dubai. Perguntou se a nossa região teve algum stand presente ou se esteve incluindo em alguma estrutura

desconcentrada do estado que estivesse presente e que conteúdos, em papel ou em forma digital, estiveram presentes para nos promover.

Quanto aos transportes públicos, gostaria de ser informado sobre o que a Câmara Municipal fez, na sequência da proposta que fez, na última Assembleia Municipal, relativamente aos transportes da linha Caldas da Rainha – Peniche ou Peniche – Caldas da Rainha, aos fins de semana, nomeadamente ao sábado, porque a empresa Rodoviária do Tejo acabou com o serviço e o pretexto foi a COVID-19, e as pessoas ficaram sem a possibilidade de fazerem qualquer tipo de transporte público, durante o fim de semana, neste circuito.

Outra questão que o preocupa imenso, tem que ver com a qualidade de vida das pessoas, e com a segurança das pessoas, a degradação do serviço público de iluminação, e podem mandar os números de telefone que quiserem, o problema é a ausência de manutenção, e as pessoas vêm os Led's a ligar e a desligar de cinco em cinco segundos, e tinha de se encontrar uma solução.

Quanto à crise que se vive, e que tem sido pouco refletida na Assembleia Municipal, disse que quando houve a discussão do orçamento para este ano perguntou que medidas estavam a ser tomadas, porque a crise estaria aí, e certamente que daqui a um mês será maior, que daqui a seis meses será muito acentuada e com consequências a todos os níveis, e já todos devem sentir com o problema do crude e dos combustíveis. Perguntou se a Câmara Municipal estava ou não a trabalhar, tendo em conta esta realidade, que não é virtual.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que existem situações em que os senhores Presidentes de Junta requerem massa a frio, vêm buscá-la e tapam os buracos, mas não sabia se a Junta de Freguesia da Serra d' El-Rei estava disponível para fazer esse serviço naquela estrada, mas a Câmara Municipal irá fazê-lo na terça ou quarta-feira. Referiu que, de facto, aquela estrada está em mau estado, há muito tempo, e a Câmara Municipal quer intervir, de acordo com o planeamento e das prioridades, até porque aquilo é da nossa responsabilidade e tinha de saber viver com a pressão e procurar fazer o que é possível e, logicamente, se tivessem tido possibilidades tê-lo-iam feito.

Expressou que a questão do Dubai não era para si, com certeza, e não criticava os seus colegas, porque as viagens aproximam as pessoas e permitem a vivência de novas experiências, e quando entender que deverá ir, irá. Disse que sempre entendeu, durante o mandato passado, que não deveria ir, apesar de ter sido muito pressionado para ir e, segundo informação que lhe prestaram, a feira foi muito interessante, os Presidentes que foram trouxeram experiências e negócios e, na sua opinião, todos deveriam ir. Adiantou que não tinha qualquer problema em pedir aos senhores Vereadores Afonso Clara, Ângelo Marques ou Ana Batalha ou qualquer outro que entendesse que pudesse ir em representação da Câmara Municipal. Disse que quando estivesse na posse da informação a prestaria.

Em relação aos transportes públicos, deu conta que esteve em contacto com a empresa, esta semana. Indicou que no Município, existe um problema, nunca nos foi apresentado um Técnico Municipal responsável pelos transportes públicos. Indicou que fez uma parte da gestão, no mandato passado, posteriormente, foi transferido para a senhora Vice-Presidente, atualmente, aguardam a contratação de um Engenheiro Eletromecânico, no sentido de se integrar nesta área e procurarem fazer melhor. Disse,

ainda, que não dispunha da informação exata, mas alguns dos circuitos que foram cancelados devido à Covid-19 serão retomados a partir da próxima semana. Acrescentou que manifestou interesse em falar com a empresa para aprofundar, não só aqueles que serão retomados, mas também perceber o papel da empresa e o seu equilíbrio financeiro. Acha que deveria referenciar aquilo que está a correr mal nos circuitos dos transportes públicos, para melhorarmos, e solicitou ajuda aos senhores Presidentes de Junta ou aos membros da Assembleia Municipal que tenham conhecimento de algumas situações.

Em relação ao serviço público de iluminação, disse que tinham um problema, pois o concelho de Peniche optou por ter duas empresas a substituir os leds, e por vezes nem sabem, porque não está referenciado, mas vão ter de o referenciar em termos de serviço. Referiu que está a ser feito, em termos de SIG - Sistema de Informação Geográfica, em quase todos os equipamentos, para conseguirem corresponder rapidamente. Acrescentou que foram a concurso com outros concelhos, que a E-Redes fez uma parte e outra empresa fez outra parte. Disse, ainda, que não era só a parte elétrica que estava a correr mal, era também com o Gás e com as comunicações.

Relativamente aos cabos e aos trabalhos que são mal feitos, referiu que, na sua opinião, era uma vergonha o que se passava no concelho, e tinha que acabar, mas só poderia acabar se for colocado um técnico ou alguém com capacidade a acompanhar as situações. Indicou que foram partilhados os contactos com as Juntas de Freguesia para possibilitar um contacto mais direto, e se alguma coisa está a correr mal deve ser comunicado e não necessitam fazê-lo diretamente para o Presidente da Câmara, podem fazê-lo para o email geral do Município, pois assim é gerado um registo digital e não se perderá. Relembrou, mais uma vez, que quem comunica com a Câmara Municipal, deve enviar os emails para o endereço geral do Município de Peniche, para além do conhecimento que pretendam dar aos autarcas.

**Nuno Madeira (PSD):**

Disse que gostaria de ver, na próxima Assembleia Municipal, o público presencialmente, porque faz mais do que sentido que o público possa participar.

Relativamente à obra da segunda fase de requalificação do fosso das muralhas, disse que lamentava que o muro construído ao longo do fosso das muralhas tivesse ficado com aquela altura, impedindo uma vista desimpedida da muralha, conseguindo apenas ver a linha de guaritas, para além do seu revestimento. Referiu que, na sua opinião, aquele muro, aparentemente, não terá grande utilidade, considerando aquilo que se encontra feito.

Referiu que na reunião da Assembleia Municipal de dezembro, o senhor Presidente da Câmara falou-lhe que iria abrir uma candidatura para uma das zonas de execução da zona industrial do Vale do Grou Perguntou em ponto se encontrava a mesma.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que a complexidade de intervenção nos projetos que ganham os concursos, por vezes, é muito complicado. Referiu que a altura daquele muro não era aquela, assim como outras situações de análise e de acompanhamento do processo, entre os Técnicos Municipais e os Técnicos do Gabinete de Projeto foram difíceis. Por outro lado, no concurso que estava ainda por decidir, havia uma grande preocupação com os prazos e, na altura, perguntou a vários técnicos do município se corríamos algum risco

de anular o concurso por causa dos prazos dos fundos comunitários e alguém lhe respondeu que sim, mas o pior daquele processo tinha que ver com o facto de as candidaturas serem partilhadas e terem mais tempo para desenvolvimento, porque às vezes os nossos técnicos e os outros técnicos querem fazer melhor, mas quando se tem opinião e se defendem convicções somos teimosos. Acrescentou que era uma aprendizagem e na execução da última fase esperava que não houvesse pressa e que pudessem fazer melhor. Indicou que em algumas áreas onde tem muro, na parte interior será disfarçada, porque está previsto um talude em terra.

Em relação à candidatura para a zona industrial do Vale do Grou, informou que não foi aprovada e que o argumento foi falta de maturidade. Referiu que iria falar abertamente, porque estava a pensar levar, em breve, duas propostas a reunião de Câmara sobre a zona industrial do Vale do Grou. Disse que a Câmara Municipal já tomou uma decisão, recentemente, em resultado daquela situação. Disse, ainda, que era atendível a falta de maturidade, porque estavam a apresentar uma candidatura para uma zona industrial, quando os terrenos não são do município e não existe um contrato de promessa de compra e venda. Indicou que teriam de tomar decisões, mesmo que fossem difíceis, e não poderiam facilitar, porque precisam da zona industrial do Vale do Grou rapidamente. Adiantou que tinha a informação de que, em princípio, iriam haver oportunidades a breve trecho, mas agora deveriam pensar nesta e começar a preparar a fase seguinte, que em parte está preparada, o problema está na questão de terem ou não capacidade financeira para a fase seguinte, no entanto, para esta fase achava que tinham e iria propor à Câmara Municipal.

Disse, ainda, que apesar de não estar ainda marcada, pretendia marcar uma reunião com a CCDR sobre este processo e mais três ou quatro situações, nomeadamente, o Forte da Consolação, algumas candidaturas e algumas perspetivas de apresentação de candidaturas, porque irão avançar em várias frentes, em termos de projetos, mas pretendia que não se errasse muito e que se apostasse mais em candidaturas onde houvesse hipótese de ser financiados.

**Francisco Lourenço (GCEPP):**

Aproveitou a oportunidade para felicitar o senhor Presidente da Câmara pelo sucesso do concurso público do arrendamento do Parque de Campismo e Caravanismo e do Parque Aquático de Peniche. Disse que foi reconhecido por todos que se tratava de um concurso muito ambicioso, contudo, uma excelente notícia para o nosso concelho, pois terão ganhos ao nível de receita, certamente a maior receita de sempre do nosso concelho e ao nível de equipamentos, em termos nacional, porque se for feita uma pesquisa certamente não existem muitos equipamentos deste género com receitas e este nível. A outra grande notícia é que ao ter esta receita, também deixariam de ter gastos, terão uma poupança em termos de recursos municipais, até porque todos sabiam que aquele equipamento necessitava de investimentos urgentes e avultados, e o corolário disto tudo é que, com o investimento que está previsto no concurso público, Peniche passa a ter um equipamento com qualidade superior, trará turismo de outro nível e com outra capacidade financeira, e refletir-se-á no nível médio de gastos diários que serão feitos no nosso concelho, com ganhos efetivos na economia local, no comércio tradicional, na restauração, nas empresas marítimo turísticas, nas escolas de surf e novos negócios que poderão surgir. Indicou que, efetivamente, o valor era muito ambicioso, mas o senhor

Presidente acreditou. Deu os parabéns ao Município, porque são precisos projetos desta natureza.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'EL Rei, Jorge Amador (CDU):**

Chamou à atenção que o direito de réplica fazia parte do Regimento da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Assembleia Municipal teria de o respeitar. Disse que o Grupo da Coligação Democrática Unitária não utilizou o tempo que tinha ao seu dispor para este ponto na totalidade.

Informou o senhor Presidente da Câmara que no início desta semana solicitou massa a frio e foi-lhe dito que, esta semana, não seria possível, porque estava a decorrer a aplicação de tapete na vila de Atouguia da Baleia. Disse que estavam sempre disponíveis para colaborar fosse no fosse, aliás, na Estrada do Báltico, como também, na Quintal do Juncal, a massa chegou hoje e como sabe foi um dia chuvoso não deu para aplicar, segunda-feira é dia vinte e cinco de abril, também não podem, mas esperava que na terça-feira, se o tempo permitir, iriam com os seus meios fazer o serviço na Estrada do Báltico e Estrada da Quinta do Juncal.

Disse que a viagem dos membros das Câmaras Municipais ao Dubai foi uma notícia pública, não estava a dizer nada em primeira mão, e gostava de saber se os autarcas da região deram a conhecer a nossa região e quais foram os elementos que levaram para o fazer. Não colocou em causa a participação, nem via mal nenhum, até porque, na sua opinião, se ninguém fosse às Expo Internacionais não seria preciso fazer Expo, elas existem para as entidades e as pessoas poderem participar.

Registou o agradecimento do senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção feita pela Coligação Democrática Unitária sobre os transportes públicos, porque, como se sabia, foi ele próprio que trouxe este assunto, por duas vezes, à Assembleia Municipal.

**Nuno Madeira (PSD):**

Dando continuidade ao que foi referido anteriormente, lembrou que em 2018-2019 decorreu uma discussão pública com o senhor professor Jorge Carvalho, sobre o PDM e, na altura, interrompeu a reunião pelo facto de a Câmara Municipal de Peniche não possuir qualquer metro quadrado de terreno na zona industrial no Vale do Grou e se não estaria a ponderar considerar deslocalizar para outra zona, visto que se iria rever o PDM. Na altura, o senhor Presidente respondeu-lhe que não, que o que estaria previsto era a zona industrial do Vale do Grou, no entanto, hoje, mencionou que a Câmara Municipal não é proprietária de um único metro quadrado na zona industria do Vale do Grou, daí a preocupação de não se comprometer mais uma futura revisão do PDM sem contemplar, ou uma nova zona ou acautelar que poderiam no futuro, na zona industrial existente, poder-se fazer investimentos industriais. Acrescentou que era importante ter áreas industriais para poderem implantar novas empresas no concelho. Perguntou se existia alguma coisas que pudesse acrescentar a esta temática.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que quando começou a sonhar com a zona industrial do Vale do Grou, deveriam ter começado a comprar terrenos. Referiu que o nosso concelho, em termos de área, é o concelho mais pequeno do Oeste, e isso é uma condicionante muito grande

porque não temos muitas áreas disponíveis. Adiantou que existem empresas que nos procuram por grandes áreas e não temos.

Disse, ainda, que uma Câmara com a dimensão da de Peniche, com mais de setecentos trabalhadores, porque recebeu cerca de cento e setenta trabalhadores da Educação, que está a fazer o reajustamento e a querer organizar-se numa base mais técnica e mais estrutural, que está numa fase de transição, porque vão saindo trabalhadores que não são substituídos.

Foi referido pelo senhor Deputado Francisco Salvador os setecentos e cinquenta mil euros do Parque de Campismo, mas não é apenas este valor, porque, para além de ficarem com os trabalhadores e para além do investimento do capital que faziam, que era necessário, existe um conjunto de despesas que deixam de fazer, nomeadamente, a segurança, a limpeza e outras áreas. Referiu que o seu objetivo é ter mais receita e existem vários caminhos e vão ser feitas propostas para comprar mais coisas e para vender algumas coisas, mas outras áreas estão a ser trabalhadas que farão mais receita, depois só terão de gastar bem, porque estragar é fácil. Disse que se perdeu muito tempo a chegar a um patamar de organização como algumas Câmaras têm, por várias razões, e não têm tempo. Disse, ainda, que poderiam ponderar a criação de outra zona industrial que tivesse viabilidade, mas a verdade é que, na sua opinião, aquela é uma localização de excelência, fica entre os dois nós principais, tem inclusive uma parte a sul onde já existem armazéns e, também, a zona industrial. Acrescentou que a perspetiva deve ser resolver aquela parte, comprar os terrenos ou apalavrá-los, a candidatura está a ser preparada, para lhes dar outra maturidade. Depois de tudo preparado faz-se a hasta pública, e tinha quase a certeza, se a guerra não provocar maior destabilização, que iriam construir a primeira unidade operativa e teriam de começar logo a trabalhar na segunda, e acredita que os próprios investidores e empresários que não quiseram dar o passo o pudessem fazer. Adiantou que a Câmara Municipal deve estar disponível, dentro da disponibilidade financeira para ir adquirindo terrenos, dentro dos valores estipulados.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Relativamente à questão dos sinais de trânsito, o senhor Presidente da Câmara disse que desconhecia, no entanto, o assunto foi falado na reunião das Grandes Opções do Plano e o senhor Presidente respondeu prontamente que não, depois, com uma intervenção do senhor Vereador Afonso Clara, achou que poderia ser avaliado.

Sobre a questão das comissões, disse que não colocaram nenhum técnico municipal, nem outras instituições, porque entendem que a própria Comissão poderia chamar quem entendesse.

Em relação à Rua da Biquinha, recordou que naquela garagem para veículos só passam bicicletas e motos.

Disse que ficou por responder à questão sobre os pedidos de fiscalização, se deveriam ser feitos de outra forma.

Disse que a massa a frio não é responsabilidade das Juntas de Freguesia, a rede viária é da responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu que era mais uma das coisas que as Juntas de Freguesia faziam, porque entendem ser proveitoso fazê-lo com os materiais cedidos pela Câmara Municipal. No caso da Junta de Freguesia de Ferrel, indicou que chegaram a comprar, o ano passado, cerca de cinco mil euros em massa a frio, mesmo não sendo sua competência.



Referiu que não se reviam na forma de olhar para as viagens da Oestecim, não é vergonha nenhuma, inclusive é bom para promover o Município e dali trazer-se contactos, eventualmente fundos comunitários e é importante o Município estar presente.

Expressou que, após a intervenção do senhor Deputado Carlos Amaral, o senhor Presidente da Câmara referiu que não cedia a interesses particulares, pois, a bancada do Partido Socialista também não, nem está a lutar por nenhum interesse particular.

Disse, ainda, que não iria resolver passar para o Pelouro do senhor Vereador Ângelo Marques, até porque, como ele bem sabe, só iria exigir mais trabalho da parte do Partido Socialista, pois não deixaram de colocar a questão e como reúnem muito mais vezes com o senhor Vereador Ângelo Marques, portanto, ao invés de perguntar na Assembleia Municipal, perguntavam-lhe diretamente mais vezes.

Agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o facto de lhe ter permitido fazer a réplica e solicitou que lhe lembrasse qual era o tempo de intervenção de cada bancada e da Câmara Municipal, porque não se recordava.

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

#### 2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2021:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia oito de abril de 2022, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

#### **Henrique Estrelinha (PS):**

Disse que, tal como foi dito pelo senhor Presidente, este é um documento técnico, realizado por Técnicos Municipais, havendo inclusive um parceiro do Revisor Oficial de Contas, mas não poderiam deixar de referir que apesar dos constrangimentos, a forma como se contabilizam atualmente toda estes números, existe uma tendência desde 2019, para valores negativos naquilo que é o resultado líquido do período de cada ano. Se

reparassem, em 2017, o resultado líquido foi de um milhão setecentos e quarenta e dois, em 2018, um milhão e oitocentos, mas em 2019, o resultado líquido passou para duzentos e setenta e nove mil euros e, em 2020 passou para um valor negativo de menos trezentos oitenta e quatro mil euros, e o ano passado, menos seiscentos e trinta e nove mil euros. Referiu que havia uma tendência decrescente, o que significava que existia um défice nas contas e era preciso encontrar, além dos constrangimentos que o senhor Presidente indicou na Área da Contabilidade, um equilíbrio. Perguntou que medidas iria tomar no lado da despesa ou da receita para equilibrar aquele resultado líquido, que se continuasse assim iria estender-se para cima de um milhão de euros.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Relembrou que referiu muitas vezes na Assembleia Municipal, na bancada que fazia parte, que nunca teve medo das dívidas e achava que o concelho de Peniche deveria ter feito mais dívidas enquanto pôde, porque agora não pode.

Referiu que a forma como o senhor Deputado Henrique Estrelinha colocou a questão dava-lhe vontade de, na terça-feira, pedir ao Técnicos que lhe explicassem por que razão em 2018, 2019 e 2020 foi assim. Adiantou que 2020 e 2021 tinham o efeito do novo sistema contabilístico. Disse que, se quisessem, a contabilidade dava sempre resultados positivos, trancando, ou seja, deixando de gastar, ou então, o pagamento a fornecedores deixa de ser a trinta dias e passa a ser a sessenta dias, que não é fácil, ou ainda a questão dos empréstimos. Indicou, a título de exemplo, que se soubesse o que sabe hoje, o Centro Escolar de Atougia da Baleia, porque ultrapassou em cerca de um milhão aquilo que foi o financiamento, teria feito um empréstimo de um milhão, porque era prometido, mas não sabia que não contava para o *plafond* do endividamento.

Referiu que uma má medida de gestão foi aquilo que a Assembleia Municipal fez, no mandato passado, quando não aprovou o financiamento para comprar os três armazéns e, atualmente, continuam a gastar mais, já alugaram um armazém e vão ter que alugar outro, e sempre defendeu que tinham que comprar património.

Indicou que uma medida de boa gestão, mesmo desconhecendo quantas pessoas acreditavam, foi a questão do Parque de Campismo. Apostaram nos setecentos e cinquenta mil euros e, como respondeu ao senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, sei ao Carlos na outra vez, se não dessem setecentos e cinquenta mil euros, para baixo iria sempre, para cima é que não, já sabiam que aquela era a tabela, mas também tinham uma estratégia para convencer os investidores.

Acrescentou que teriam de verificar, a curto prazo, as tarifas de algumas áreas da Câmara Municipal, que são as mais baixas do Oeste, até porque, há uns anos atrás, houve um erro quando houve a suposta atualização que, na verdade, não foi feita.

Disse, ainda, que estavam a apostar na gestão de pessoal, e na questão do Parque de Campismo têm um conjunto de trabalhadores, cerca de dezasseis, que poderão encaixar e, pelo menos uma das equipas, vai-lhes permitir aquilo que idealizam fazer, que será criar uma equipa com um determinado propósito, mas é na gestão do pessoal que podem fazer a diferença. Referiu que tinham que poupar dinheiro e fazer mais dinheiro, depois, têm que o gastar bem, porque têm tanta coisa onde gastar dinheiro. Expressou que continua a ter vergonha de ter, pelo menos, quatro, cinco ou seis carrinhas a cair aos bocados e têm estado a fazer investimento, não podiam deixar de fazê-lo.

Indicou que, provavelmente, em termos financeiros se podiam encontrar outras soluções que fossem apropriadas para a dimensão da nossa Câmara Municipal e para as

nossas receitas, porque a tendência é aumentar o valor do orçamento sem ser à custa ou apenas resultado das candidaturas que vão apresentando. Acrescentou que se no próximo ano tivessem um orçamento de cinquenta milhões e que trinta ou quarenta milhões fossem candidaturas era ótimo. Disse, ainda, que esta era a mensagem, que todos tinham que vestir a camisola e entender que estão a passar um momento crucial, e não valia a pena estarem a entender nas entrelinhas que as suas eram para atacar o senhor António José Correia, ou o senhor Jorge Amador ou fosse quem fosse, não era nada disso, temos que mudar, pois parámos no tempo em termos de decisões políticas e em alguns aspetos técnicos. Temos técnicos novos muito bons e têm de os estimular, e o sistema de os estimular às vezes não tem correspondência para aquilo que eles fazem, porquê? porque tinham de aplicar um SIADAP que é uma vergonha, mais valia dizer que o técnico é muito bom, excelente ou suficiente, os objetivos são uma treta. Depois, não há um inadequado nesta casa, são todos suficientes ou bons, mas isto não poderia continuar e consigo não irá continuar. Disse que antigamente o chamavam Comunista, se o chamarem de fascista não quer saber, está na Câmara Municipal de Peniche pela sua terra e enquanto estiver cá será esse o seu objetivo.

Adiantou que não estava ali para prejudicar ninguém, nem para perseguir, mas quando é preciso tomar decisões duras, como tomou no mandato passado, com objetivos claros fê-lo, e continuará a fazê-lo.

**Francisco Salvador (PSD):**

Relativamente a este ponto, disse que não havia muita coisa a discutir, até porque se trata da aprovação de um documento de carácter técnico, e quem somos nós para estar a julgar a sua boa feitura, naturalmente que as contas hão de estar certas, não há que duvidar, mas antes de entrar neste capítulo, o concelho mais pequeno do Oeste é Arruda dos Vinhos, depois Peniche e a seguir a Nazaré.

Em relação a este relatório e à notícia que o Parque de Campismo foi de facto concionado pelo valor proposto, era uma boa notícia, até porque, certamente, teria reflexo no próximo relatório, porque é positivo. Expressou que não ficava assim tão satisfeito, porque tem dúvidas que ele vá ser cumprido na intriga, e oxalá que a Câmara Municipal tenha muita firmeza na manutenção de uma fiscalização ativa, acerca do investimento que lá vai ser produzido e da forma como é recebida a renda. Esta é uma questão que as conceções consecutivas que a Câmara Municipal fez, ao longo de dezenas e dezenas de anos, normalmente tem essa pecha que depois falham, mas esperam que as coisas corram bem, a bem de Peniche e a bem da Câmara Municipal e de todos os municípios.

No que diz respeito às questões que acabou de apresentar, disse que, de facto, a Câmara Municipal precisa realizar dinheiro e de poupar algum, e tem para si que a Câmara Municipal tem um quadro de pessoal excessivo. Referiu que há Câmaras Municipais que têm muito menos pessoal e não deixam de realizar as coisas, fazem-no de outra maneira, aqui é uma opção que leva a uma despesa fixa, ou seja, uma Câmara Municipal em que tem menos pessoal e executa empreitadas, quando é preciso, consegue-se parar, aqui, haja obra, não haja obra, haja serviço, não haja serviço, o pessoal tem sempre que receber, e isso está refletido neste relatório, pelo valor extraordinariamente elevado que ultrapassa largamente uma percentagem razoável das receitas para pagamentos dos encargos com o pessoal. Depois, sabia que realmente os processos concursais são extraordinariamente complicados e cada vez são mais complexos, mais demorados e sujeitos a muitas coisas, mas, de facto, de ano para ano se

nota o aumento exponencial dos ajustes diretos. Indicou que, no ano passado, foram quatro mil ajustes diretos que pode significar muita obra ou que não há um planeamento de aquisições, porque se houver um planeamento de aquisições é justificado um concurso que permita a aquisição de materiais, de madeira, de tijolos, de material de construção, enfim de várias coisas, quando os ajustes são diretos, normalmente, há menos ganho, ou seja, estamos a ajustar diretamente com alguém, mas se pedíssemos orçamento para três ou quatro, se calhar iriam poder optar por um orçamento mais baixo, mas cada um gere como entende e, de facto, como disse o senhor Presidente da Câmara, quando chegar a altura, se o povo, que é quem decide o seu voto, decidir que a coisa não está a correr como imaginava, tem sempre a faca e o queijo na mão.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Em relação ao Parque de Campismo, referiu que o senhor Deputado Francisco Salvador também tem muita experiência na área de Administração Pública, e perceberá que estamos a discutir quem deverá fazer parte da Comissão de Acompanhamento do Investimento. Depois, disse que acredita no investimento, porque a pessoa ou o grupo quer investir rapidamente para ver se começa a receber o retorno rapidamente, e o tipo de propostas que faz, dos vinte e três milhões, são interessantes. Indicou que uma das coisas que deveriam pensar no futuro e que no passado cometeu-se muito esse erro, o prazo das concessões, mais valia dar algum tempo a mais, do que estarem a dar mais um ano, mais dois anos ou mais três anos, e depois dilui-se. Têm que aumentar a qualidade, e esperava que a Nau dos Corvos tivesse qualidade, que consigam partir para Tasca Areia e que consigam partir para os outros. Sobre aquilo que há pouco o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral referiu do Restaurante da Berlenga, deveriam fazer-se as contas, na sua opinião, é um bocadinho puxado e é exigente, mas tem receitas.

Quanto à questão dos ajustes diretos, disse que era uma conversa interessante para ter individualmente com o senhor Deputado Francisco Salvador, depois de obter a listagem dos ajustes diretos. Referiu que já o fez e há ajustes diretos que têm mesmo de ser ajustes diretos, depois, alguns é só aquela empresa e, outra coisa, o Setor do Aprovisionamento é um setor que trabalha bastante bem, é dedicado, normalmente pedem orçamentos a várias empresas, mesmo quando é ajuste direto, aliás, quando é através de concurso, pedem os orçamentos e só depois lançam o concurso, porque têm que ter uma base, o que temos que melhorar em todas as áreas, e isso está previsto no Organograma, e mais do que no Organograma, é na estratégia que têm em alguns setores. Pretende melhorar o Setor de Concursos que, atualmente, para além das questões técnicas específicas, são diluídos por vários setores e tem que haver uma base de coordenação. A parte técnica é feita pelos técnicos, sejam da Divisão de Obras Municipais ou da Divisão de Energia e Ambiente, mas depois vai para a Divisão de Administração e Finanças que tem de fazer o resto e não têm de ter receio de copiar o que está bem ou de experimentar, e se tiverem que voltar atrás, voltam. Acrescentou que é apologista, ao contrário de quando entrou que pensava que não ia por este caminho, de empreitadas e de contratação de empresas, mas há setores que não dá ou então os valores são muito exigentes. Depois, as oficinas como estão a funcionar é para ir diluindo, porque terão empresas e as nossas prestaram só um tipo de serviço, ou a substituição do óleo ou pequenas reparações, porque temos a oficina e mesmo assim recorre-se a outras empresas, tem sido uma luta de anos. Adiantou que o caminho era perceber o que têm de ter, em termos de serviços e do pessoal, para corresponder, apostando muito na parte

técnica, pois acha que devem ser cada vez mais exigentes e procurar contratar os melhores, na parte dos Assistentes Operacionais, em algumas áreas, os Assistentes Técnicos não tem um número muito exagerado, mas têm de fazer ajustamentos, depois há pessoas que já não se adaptam, no entanto, não podem mandar ninguém embora.

Há pouco quando disse que não aceitava pressões, referiu que mesmo cá dentro há pressões, porque quem está nestes lugares, seja quem for, se não for pressionado alguma coisa que está mal, e quando se ouve as pessoas é muito difícil, porque algumas são conhecidas e elas vêm de lágrimas nos olhos e dizer-lhes que têm razão, como já tem acontecido, mas existem critérios e princípios, e para ter direito a isso mais trabalhadores vão pedir e ter direito, e isto é incomportável e muito difícil de fazer, principalmente para uma pessoa que tem proximidade com muita gente cá dentro, assim como é difícil encarar as pessoas em relação aos concursos públicos, como é difícil as pessoas perguntarem porque é que não teve excelente ou muito bom ou relevante e os outros tiveram. Mas nós quando estamos a avaliar trabalhadores de setores diferentes, alguns que nós conhecemos, temos proximidade, sabemos que são bons, que se entregam. Acrescentou que os Chefes de Divisão têm que assumir, as Chefias Intermédias têm que assumir, os Vereadores e os Presidentes que têm a proximidade, têm de procurar o bom senso, mas é muito complicado.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que comungava de muitas das coisas que foram ditas nas intervenções anteriores, incluindo as do senhor Presidente da Câmara. Referiu que este documento, na prática, deveria ter sido aprovado até ao dia catorze de outubro, porque ele, no essencial, é do ano que passou e todos sabiam que foi um ano caracterizado por uma mudança de ciclo, ou seja, acabou um mandato e começou outro, de qualquer forma é a Lei e teriam de cumprir.

Fez referência a uma questão que é importantíssima, que tem que ver com o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, e os quatro mil ajustes não deixava de ser um número relevante, ele é muito significativo, seja em que Câmara Municipal for. De qualquer forma, quem conhece uma Câmara Municipal, e ele próprio conhecia a Câmara Municipal de Peniche, é verdade que há diversos serviços da Câmara, relativamente a tudo o que tem que ver com equipamentos de manutenção, como por exemplo, máquinas, carros, etc., há, sem dúvida nenhuma, ajustes diretos que têm de ser feitos, porque uma vez é uma empresa, outras vezes são outras, mas é normal, no entanto, o número é significativo, mas uma coisa boa que o SNC-AP tem é que os obriga cada vez mais, e nas freguesias isso já começava a apertar um bocadinho, apesar de ser mais simples, não tem nada que ver com o da Câmara Municipal, e que a planificação é fundamental, assim como a respetiva orçamentação de tudo isto. Indicou que o SNC-AP está em vigor há pouco tempo, é um processo evolutivo, aliás, até há bem pouco tempo, quem devia dar o exemplo não dava, o Serviço de Finanças, que ainda não tinha o sistema a funcionar. Adiantou que estava a dizer isto, porque acompanha esta frente no meu dia-a-dia na Associação Nacional de Freguesias, e das cento e sete ações de formação que fizeram nesta área, se o das Juntas de Freguesia que é simples, é difícil, o das Câmara Municipais são, de facto, um trabalho muito grande, porque, sem dúvida nenhuma que, a Chefe de Divisão, os Coordenadores e o Aprovisionamento que sofre imenso para o trabalho que desempenha, é uma tarefa que devem valorizar muito.

Disse, ainda, que a questão da leitura política, na sua opinião, nesta fase não era a mais importante, até porque estão no início de mandato e o essencial deste documento refere-se, ainda, ao mandato anterior. Naturalmente que um saldo negativo é sempre um saldo negativo, toda a gente gosta de fazer obra, iniciativas e isso tem custos, não é esta parte que mais o preocupava, mas a tendência relativamente ao saldo negativo essa sim é preocupante e no próximo, com a questão do Parque Campismo, poderá sofrer uma alteração.

Quando o senhor Presidente da Câmara fala na questão da transferência de competências na Área da Educação, e estava a falar de cerca de cento e sessenta pessoas, que tem um impacto grande, desde logo em termos numéricos, questionou se este impacto era negativo, face àquilo que a Câmara Municipal recebe como contrapartida do Estado Português, ou seja, se estavam a costear com base naquilo que se recebe do Orçamento de Estado ou se estavam a ir mais longe, porque se assim for teriam que fazer a renegociação daquilo que se recebe.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Relativamente à questão da Educação, sim, é para renegociar, até porque a descentralização não é só pessoal, tem responsabilidades acrescidas, algumas delas, ainda não conseguiram quantificar, querem aprofundar. Prevê reunir, mas aguardam a indicação de alguns nomes da comissão de acompanhamento da transferência de competências da Educação, e foi sempre o propósito, aliás, já no mandato passado era, é também tranquilo com a senhora Vereadora Ana Batalha, e querem melhorar e por isso vêm as propostas a seguir. Referiu que não queriam ganhar dinheiro, não querem é perder. Disse, ainda, que o país é só um, têm que reivindicar cada vez mais, o Estado é só um, e as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são um Estado e, logicamente, que devem reivindicar, os Presidentes de Câmara fazem-no, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias também o fazem, mas têm que vir com mais recursos. Adiantou que tinham que ver, em cada momento, quais eram os recursos do Estado, mas a Educação é uma área muito exigente, porque têm muitas escolas e quando falarem da Carta Educativa falarão sobre isso, e a exigência de investimento é muito grande praticamente nas escolas todas. Acrescentou que era quase transversal, e a única escola que está em condições é o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, a cinquenta por cento, está a Escola Básica Integrada 1,2,3 de Peniche, onde falta, para além do Parque Infantil, o Pavilhão, a Escola Dom Luís de Ataíde, na sua opinião, deveriam apostar numa escola nova, porque passou de prazo, a Escola Secundária de Peniche, era limpá-la quase toda, ficar as paredes e depois fazer uma escola nova por dentro, as outras escolas, seja em Ferrel ou na Serra d'El-Rei tinham que decidir, mas na sua opinião seriam escolas novas.

**Presidente da Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Referiu que o senhor Presidente da Câmara não lhe quis responder no período anterior e, uma vez que estavam a falar de contas, disse que o Partido Socialista excedeu sete minutos, o senhor Presidente da Câmara falou cinquenta e sete minutos, tinha vinte minutos, portanto, provavelmente pode ficar calado o resto da noite.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Centrando-se na questão da avaliação de desempenho, disse que o SIADAP tinha que ver com a legislação, tinham que cumprir cotas, mas, ouviu o senhor Presidente da Câmara falar que efetivamente existem trabalhadores que mereciam os inadequados ou talvez notas não tão relevantes, mas a questão é que os avaliadores, tirando os Coordenadores Técnicos e o Presidente da Câmara, que também deve avaliar algum pessoal, são os dirigentes, que são nomeados por quem? e são renovadas as comissões de serviço por quem? portanto, se os dirigentes não têm a cultura de avaliação, e reconhece que não é para todos, não sabia, é uma questão de quem nomeia e de quem renova.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que esta questão os levava a uma grande discussão, até porque iria ter uma reunião para a semana, e às vezes diz a algumas pessoas que as chefias não podiam estar assentes que era para toda a vida, como era hábito e, logicamente, não era uma coisa de que se orgulhava, até porque provavelmente foi o único Presidente que fez o que fez e depois foi aberto procedimento concursal e estão mais propostas para concurso. Adiantou que isto levava o seu tempo, mas está confiante que vai ao lugar, é uma questão de estratégia e de estrutura.

O senhor Deputado Carlos Miguel Amaral referiu, e bem, que é preciso ter coragem para o fazer no momento certo, ou seja, quando autorizam a consolidação da mobilidade interna entre carreiras, já não podem voltar atrás. Em relação aos lugares de chefia ou chefia intermédia é diferente, e é preciso dizer isto, aliás, provavelmente na maior parte das Câmaras Municipais ninguém fala nisto, isto é uma coisa de outro mundo. As pessoas não podem estar a pensar que têm lugares de responsabilidade e que é para todo o sempre, mas tem implicações. A partir do momento em que as pessoas ganham os concursos e são nomeados, e já aprendeu que podem ganhar os concursos e podem não ser nomeados, e a pessoa pode ganhar o concurso, pode vir para a Câmara, pode estar o tempo todo à experiência e no dia anterior o Presidente da Câmara pode dizer "*pode ir embora que nós não estamos satisfeitos*", e há pessoas que não sabem disto, no entanto, não devem usar isto a torto e direito, mas é preciso que se saiba, e temos de ser exigentes, porque se isto fosse uma empresa e tivessem pessoas que não correspondiam às necessidades, provavelmente, teriam que os despedir. Acrescentou que a maioria dos trabalhadores do município, em geral, incluindo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento são bons trabalhadores, não têm todos as mesmas capacidades, não têm todos as mesmas dinâmicas, mas fazem o que lhes compete, mas também há alguns que não fazem.

**Deliberação n.º 13/2022:** Submetidos os documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2021, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte e três (23) - dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (6) e da Coligação Democrática Unitária (3).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Uma (1) - do membro eleito pelo Chega.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não estava presente na sala durante a votação deste assunto.

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2021, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2021:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia oito de abril de 2022.

**Deliberação n.º 14/2022:** Submetidos os documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2021, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte e quatro (24) – dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (7) e da Coligação Democrática Unitária (3).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Uma (1), do membro eleito pelo Chega.

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2021, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

**4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2022 (MODIFICAÇÃO 6):**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia oito de abril de 2022, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Dina Aparício (CHEGA):**

Relativamente à alteração modificativa ao orçamento disse que concordava quando é dito que para haver progresso tem que haver risco, tem que haver investimento, por isso foi uma das pessoas que acreditou ou que acreditaram na concessão do Parque de Campismo e esperava mesmo que fosse um sucesso e que traga uma maior revitalização para o nosso concelho.



Relacionando isto com a informação do senhor Presidente da Câmara, referiu que o relatório estava bem abrangente e completo, transmite-lhes uma atividade do executivo da Câmara direcionada para a revitalização social, económica e cultural do concelho, o que num contexto pós-pandémico é animador e tranquilizador.

A nível Cultural e Social, parece-lhe que estão a voltar à vida, para isso é preciso investimento. Relativamente a este ponto, via a arborização de espaços verdes na cidade de Peniche, transição digital nas escolas, entre outras medidas que fazem falta para voltar a estar na corrida ao progresso.

No relatório do senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no Serviço Espaço do Cidadão, contempla o apoio no acesso ao Portal do Cidadão, e no seguimento das intervenções que fez, há algum tempo, em que relatou uma experiência pessoal, alertou para a necessidade de ser criado um Gabinete, uma secretária, um local onde houvesse alguém que atendesse o munícipe na dificuldade em aceder ao portal. Referiu que temos uma população que sofre de aliteracia digital, as pessoas não conseguem. Indicou que nunca mais recorreu ao serviço, onde foi muito bem atendida, porque teve a sorte de encontrar uma pessoa que foi solidária e que lhe dispensou dados móveis, porque nos serviços não existe *wireless* para o munícipe e deveria haver. Adiantou que, naquela altura, ficou muito sensibilizada e a situação que viveu chamou-a à atenção para a necessidade de ser prestado este serviço ao munícipe. Uma vez que se falou na rentabilização dos funcionários, tornando-os mais úteis, mais prestáveis, mais competitivos, e proporcionando-lhes, talvez, novos desafios. Acrescentou que, ultimamente, não tem recorrido àquele serviço, mas tem ouvido situações de pessoas que recorrem e que o acesso ao portal do cidadão não funciona.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino(GCEPP):**

Disse que iria solicitar apoio à senhora Chefe da Divisão de Administração e Finanças, porque não sabia a que se referia.

Disse que raramente recebiam reclamações relativos aos serviços de apoio ao cidadão que o Município dispõe, e há sempre uma predisposição, seja na Divisão de Administração e Finanças, seja nas áreas da Educação e mesmo na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, os nossos trabalhadores nas diferentes áreas têm correspondido bastante bem e estão sempre disponíveis para aprender.

Indicou que existe pressão dos serviços e sua com o objetivo de que sempre que haja formação, sempre que hajam oportunidades para se avançar.

**Deliberação n.º 15/2022:** Submetida a proposta (n.º 800/2022) da Câmara Municipal (n.º 800/2022) a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2022 (Modificação 6). (Doc.9)

**5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENICHE E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2022, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Carlos Amaral (PS):**

Relativamente ao Organograma, alertou o facto de se verificar a existência de seis divisões, com a criação de duas, que efetivamente a Câmara Municipal precisava, até para libertar quem pensa e quem estrategicamente define as grandes orientações, quer nas áreas da Educação, quer do Desporto e necessitar também de ter chefes à altura para esse desafio. Notou ainda que o Organograma está muito piramidal, ou seja, ele próprio perde-se com o número de serviços afetos à Divisão de Administração e Finanças.

Fez duas sugestões, que estão previstas na legislação, que são a criação de equipas multidisciplinares, muito utilizado em Câmaras Municipais e na Administração Central, e a criação de Dirigentes Intermédios de terceiro grau, portanto, cria-se mais responsabilidade, mais *accountability* e isto irá também ao encontro da questão do SIADAP. Disse, ainda, que o Organograma é dinâmico e à medida que se vai trabalhando vai-se também tentando moldá-lo, em função dos objetivos da Câmara.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que compreendia e até poderia partilhar de algumas considerações que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral fez. Referiu que começaram a discutir este assunto no início do mandato passado, muito dificilmente se entendiam, posteriormente, com novas Chefias, procuraram criar alguma dinâmica, depois deixamos de ter tempo, porque aproximavam-se as eleições e não valia a pena, pois iriam haver mais mudanças. Adiantou que a questão do segundo e terceiros grau estão previstas e do quarto grau também, portanto, estão todas, não são é muitas. Referiu que as Subdivisões de segundo grau são seis, de terceiro grau são três e as de quarto grau são mais alguns setores que têm responsabilidades. Indicou que o Organograma não é estanque, é dinâmico, e há que assumi-lo, porque, hoje, poderiam estar a pensar, em termos de gestão, num conjunto de objetivos. Por exemplo, na Área Social, só a habitação acabava por os responsabilizar de uma forma muito acrescida, porque se vão receber mais noventa e uma habitações do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Bairro de Santa Maria, Bairro da Prageira e mais três casas do Bairro dos Pescadores, se a Estratégia Local de Habitação os poderá permitir construir mais cem casas, logicamente, se querem fazer um acompanhamento às famílias daqueles bairros de uma forma como nunca foi feita, que já iniciaram, e num dos bairros têm um trabalho muito interessante, e depois vão chegar à conclusão que, por exemplo, têm trezentas famílias, mas há vinte ou trinta que precisam permanentemente que o técnico não largue a casa, por várias razões e que estão referenciadas, e não tem que ver apenas com o pagamento de rendas em atraso, podem ajudar a estruturar melhor algumas famílias que precisam de ajuda e vão fazê-lo.

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse que a Coligação Democrática Unitária contestava no executivo camarário, e por força das circunstâncias legislativas foi obrigada a alterar a estrutura da Câmara Municipal de Peniche, reduzindo a sua estrutura de dirigentes. Deixaram de ter

Departamentos e passaram a ter Divisões. A Divisão Administrativa e Financeira (DAF) é uma megadivisão que continha as Áreas da Educação, Cultura, Desporto, Associativismo e Ação Social, atualmente é possível existir uma nova estrutura, pelo que saudavam a Câmara Municipal pela nova proposta, concordando com as novas divisões, Divisão do Desporto, da Juventude, da Cultura e do Associativismo, e da Divisão da Educação, devido à transferência de competências neste nível, no entanto, não concordam com o facto de a Ação Social não ter uma divisão, por entenderem que esta é uma área de extrema importância para o desenvolvimento do concelho. Resta área, da competência do município, deve ter uma estrutura que favoreça uma visão estratégica de desenvolvimento e não de assistencialismo e, neste sentido, ter um planeamento e intervenção de acordo com os indicadores sociais e económicos do concelho.

Disse que se perspetivava a transferência de competências para os municípios da Ação Social, da Segurança Social e da Saúde. Além disso, a proposta da constituição de um Gabinete de Habitação Social, em vez de um setor, parece-lhes descabido, uma vez que o município tem na sua gestão um número bastante elevado de habitações sociais e que, a breve prazo, ficará com o património do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o que aumentará a responsabilidade deste gabinete. Indicou que não existir proposta para se constituir uma Divisão da Ação Social é a desvalorização da importância desta área tão importante para a qualidade de vida dos nossos munícipes.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que não iria adiantar-se muito, até porque esta discussão foi feita em sede de reunião da Câmara Municipal. Referiu que respeitava, que nas atuais circunstâncias entende ser mais ajustado uma Subunidade, vão ver como se organizam, mas entendem que não estão criadas condições para se criar uma Divisão, no entanto, vai ser reforçada, já assumiu que, provavelmente, haverá outra proposta durante este ano, que tem que ver com o assumir de novas competências na Área Social. Afirmou que entendiam que esta Subunidade está ajustada àquilo que pretendem, não a desvalorizam, pelo contrário, valorizam-na, até porque este era um setor da Divisão de Administração e Finanças que tinha uma autonomia no passado recente e no passado mais longínquo, mas pretendem melhorar substancialmente e vão demonstrar que esta subunidade vai funcionar em pleno. Deu conta que, recentemente, contrataram uma nova técnica através de concurso, pretendem admitir uma segunda técnica e, posteriormente, avançar para outras contratações. Referiu que iriam reestruturar, responsabilizar, até porque o Pelouro é seu, tem a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência a trabalhar diretamente, mas, neste momento, está a assumir maiores responsabilidades na Área Social, e não era só a Estratégia Local de Habitação, que é muito importante e pode ser uma oportunidade para resolver os maiores problemas que temos, nomeadamente para os jovens que não conseguem assegurar o direito à habitação por valores acessíveis, porque não há casas, há pessoas que nunca vão ter a oportunidade de ter a capacidade financeira para comprar casa como alguns conseguem fazê-lo e para aquelas famílias que, com a situação da guerra e com os impactos negativos que a inflação tem, vão agravar a situação. Porquê, porque quem tem uma pensão de duzentos ou trezentos euros não vai ver a sua pensão a subir de acordo com a inflação, e vão ter que olhar para isto e estão a olhar, e olhar, hoje, para a atribuição da habitação social é completamente diferente daquela que era há um ou dois anos, quando a Estratégia Local de Habitação foi aprovada, daí quererem alterá-la. Acrescentou que, de facto, há muito trabalho, mas, neste momento, não há

necessidade de criar uma Divisão, no entanto, se entenderem, daqui a um ano, criá-la, será presente em reunião da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal.

**Luís Almeida (PSD):**

Começou por referir que o trabalho apresentado era muito exaustivo, uma coisa certamente bastante difícil, não sabia se foi feito exclusivamente por técnicos Municipais ou se houve ajuda externa, que num trabalho desta responsabilidade não era descabida, era bastante razoável.

Consideram, na análise que fizeram, que o Organograma é bastante conservador, ele não evidencia preocupação com o Setor Empresarial. Disse que tinha, e muito bem, a Subunidade Orgânica de Desenvolvimento Social e, provavelmente, podia haver uma Subunidade Orgânica de Desenvolvimento Empresarial, e esta subunidade poderia fazer com que houvesse mais coerência em tudo que é empresarial, por exemplo, não acham muito razoável que a Economia de Desenvolvimento de Agricultura e Pescas esteja na Divisão de Planeamento e Gestão e Urbanística, poderia estar, na Estrutura Empresarial, tal como, o Turismo.

Disse que a questão da Berlenga foi ali falada várias vezes, e é uma questão bastante interessante e julgava que deveria haver um debate entre todos para verem se a Berlenga deveria ter uma abordagem ambiental ou uma abordagem empresarial. Referiu que, na análise, não tinha a certeza se a Berlenga deveria estar no Turismo ou no Ambiente, é uma discussão que deveriam ponderar bem, até porque o Turismo é uma questão que deveriam pensar muito bem. Adiantou que não acreditava muito no Turismo como atividade empresarial estruturante, o turismo traz muitos problemas e a solução da nossa economia não é o Turismo, são o Setor Primário e o Setor Secundário, por isso esta questão empresarial teria alguma relevância.

Indicou que sabiam que tinham um grande problema que é a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que, em termos de estrutura, provavelmente está correta, é preciso conhecer muito bem todo o funcionamento para poder ter uma palavra a dizer, mas sabiam que aquela divisão funcionava mal, logo, terá que haver uma grande preocupação para que hajam melhorias no funcionamento desta divisão.

Acrescentou que tudo o que foi referido e todo este esquema teria de ser dinâmico e teria de se alterar se houver necessidade, e não viram onde entravam os transportes, pelo que solicitou um esclarecimento em relação a isso.

Disse, ainda, que deveriam ter consciência de que nada disto funcionava se as chefias não forem bem escolhidas e se não houver liderança em alguns setores, concretamente nos setores mais decisivos. Expressou que esta ferramenta era fundamental, mas era ainda mais fundamental e com maior ordem de razão as pessoas que vão preencher os lugares.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o senhor Deputado Luís Almeida acertou em algumas coisas e são pertinentes, mas também o discutiram, como a questão da Divisão da Intervenção Social, mas terão tempo. A questão colocada, em relação às empresas e a subdivisão, é pertinente, mas tinham que lhes dar tempo. Explicou que não quiseram avançar com este Organograma, porque estavam em cima da campanha eleitoral e não fazia sentido estar o ano passado a discuti-lo. Prepararam-no, tem trabalho de várias pessoas, tem ideias

mais recuadas, de 2018 e de 2019, e outras mais recentes, e tem a participação de quase todos os Chefes de Divisão e de alguns responsáveis intermédios. Adiantou que teriam de amadurecer e, provavelmente, daqui a algum tempo possam fazer um conjunto de alterações, porque o que se pretende é que isto funcione melhor.

Disse que foi criado o Gabinete de Apoio às Empresas em pleno COVID-19, mas querem fazer mais e revê-se naquilo que normalmente é falado pelos senhores Deputados Luís de Almeida e Hugo Martins, em relação às estruturas de apoio às empresas e às novas dinâmicas, mas vão ver o resultado. Referiu que, como se percebe, se entende bem com os senhores Vereadores Ângelo Marques, Ana Batalha e Afonso Clara, e já lhe perguntaram porque razão deu ao Vereador Ângelo Marques o Pelouro das Pescas, e o que respondeu foi que não poderia ficar com todos os Pelouros, até porque há Presidentes de Câmara que quase não têm Pelouros, mas têm uma estrutura, e por é que diz que todas as Câmaras Municipais deveriam ter maioria absoluta, porque, na sua opinião, ter um Presidente e três Vereadores numa Câmara como a de Peniche não era suficiente.

Referiu que a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística não funcionava assim tão mal, o problema são as dinâmicas que estão a ser criadas, pois em três dias aquela divisão recebeu cinquenta processos. Por outro lado, há Gabinetes de Projetos que têm de se adaptar, e é preciso conhecer as carências, que são, os técnicos têm acesso à plataforma, ao *no Paper*, o promotor terá de passar a ter também. Disse, ainda, que, de facto, existem insuficiências, mas é incomparável, em relação àquilo que existia há quatro anos, porque o sistema nem sequer existia, era tudo em papel. Neste momento estão a ajustar, com um esforço muito grande de um conjunto de pessoas, e haverão de lá chegar. Indicou que não poderiam ser demasiado injustos, porque se há reconhecimento que deveriam fazer é, também, na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, porque tem sido feito um grande esforço de Técnicos e de Assistentes Técnicos, sendo que alguns dos mais novos têm capacidade de liderança.

**Luís Almeida (PSD):**

Referiu que o Gabinete da Governança poderia ser tudo o que quiserem, mas ele poderá ter um sistema de qualidade, e este documento faz parte de um sistema de qualidade, que tem de ser monitorizado, ou seja, há muita coisa que tem de ser medida para que possam tomar decisões, e não está evidente neste Organograma essa preocupação de monitorização.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que na Governança o senhor Deputado Luís Almeida acertou novamente, é da qualidade e são mais dois objetivos. Indicou que são questões de gestão que têm discutido, mas a finalidade é a qualidade, depois têm mais algumas etapas.

Em relação aos transportes, disse que não existe responsável técnico. Referiu que o objetivo, caso consigam contratar um Engenheiro Eletromecânico, era procurar que tenha essa valência, que tenha apetência para as nossas frotas, para além de ter Chefias Intermédias, mas têm de ter um técnico responsável. Acrescentou que se não for desta forma, com a criação da Divisão da Educação, esta terá que assumir maiores responsabilidades, nomeadamente, em relação aos transportes escolares, e provavelmente, serão colocados perante decisões que terão de tomar, que são inovadoras, porque temos um sistema de transporte, em relação aos nossos alunos, que não o satisfaz,

e estão a tomar algumas medidas, mas não são suficientes, a exigência é se termos capacidade financeira para tomarem as decisões, se não tiverem, vão por etapas.

**Deliberação n.º 16/2022:** Submetida a proposta (n.º 815/2022) da Câmara Municipal (n.º 815/2022) a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (7) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (1), sete (7) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6) e pelo Chega (1) e três votos contra (3), dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar que:

a) O Município adote um sistema estrutural misto, conforme previsto no artigo 7.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais;

b) O número máximo de unidades orgânicas flexíveis seja fixado em 9, correspondentes a 6 divisões e 3 subunidades (direções intermédias de 3.º grau):

- Divisão de Administração e Finanças (DAF);
- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU);
- Divisão de Obras Municipais (DOM);
- Divisão de Ambiente (DA);
- Divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo (DACDJT);
- Divisão de Educação
- Subunidade das Finanças;
- Subunidade Desenvolvimento Social;
- Subunidade de Obras Municipais;

c) O número máximo de subunidades orgânicas correspondentes a núcleo (direções intermédias de 4.º grau) é fixado em 11.

d) Na dependência direta das unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau sejam previstas 14 unidades flexíveis de 3.º grau ou inferior, designadas de Subunidades, Núcleos e assegurados por pessoal qualificado com cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior e designados neste Município por Chefes de Subunidade ou Chefes de Núcleo;

e) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau seja fixada na 6.ª posição remuneratória, da carreira geral de técnico superior;

f) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 4.º grau seja fixada na 5.ª posição remuneratória, da carreira geral de técnico superior. (Doc.10)

A Bancada do Chega informou que iria entregar uma declaração de voto sobre este assunto.

A Bancada do Partido Social Democrata entregou a seguinte declaração de voto:

*«Declaração de Voto*

*Porque entendemos que compete a quem gere o executivo municipal a escolha da forma de organizar os serviços, embora não concordemos com alguns aspetos da proposta, não queremos obstaculizar a sua aprovação.»*

A Bancada da Coligação Democrática Unitária entregou a seguinte declaração de voto:

*«Declaração de Voto*

A CDU quando estava no executivo camarário por força das circunstâncias legislativas foi obrigada a alterar a estrutura da CMP, reduzindo a estrutura de dirigentes. Deixamos de ter departamentos, passamos a ter divisões. A Divisão Administrativa e Financeira (DAF) é uma megadivisão que continha a parte da Educação, Cultura, Desporto, Associativismo, Ação Social. Atualmente já é possível existir uma nova estrutura e saudamos a Câmara pela nova proposta e concordamos com a proposta das novas divisões: Divisão do Desporto, Juventude, Cultura e Associativismo, e da Divisão da Educação (devido à delegação de competências ao nível da Educação).

Não concordamos com o facto da Ação Social não ser uma divisão por entendermos que é uma área de extrema importância para o desenvolvimento do concelho.

As razões:

-Esta área de competência do município deve ter uma estrutura que favoreça uma visão estratégica de desenvolvimento e não de assistencialismo e nesse sentido, ter um planeamento, intervenção de acordo com os indicadores sociais e económicos do concelho.

-Perspetiva-se a delegação de competências para os municípios da Ação Social da Segurança Social e da Saúde.

Para além disto, a proposta da constituição de um gabinete de habitação social em vez de um setor, parece-nos também descabido uma vez que o município tem na sua gestão um número bastante elevado de habitações sociais e que a breve prazo ficará com o património do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o que aumentará a responsabilidade deste gabinete.

Não existir proposta para se constituir uma divisão da Ação Social é a desvalorização da importância desta área tão importante para a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Assim o Grupo Municipal CDU votou Contra.»

#### **6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA O ANO DE 2022:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2022.

**Deliberação n.º 17/2022:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), do Partido Socialista (6) e do senhor Presidente da Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2022, aprovado pela Assembleia Municipal, em 28 de dezembro de 2021.

Os senhores Henrique Estrelinha (PS) e Jorge Batalha (GCEPP) não estavam presentes na sala durante a votação deste assunto.

A Bancada do Chega informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto.

**7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2022:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia oito de abril de 2022.

**Deliberação n.º 18/2022:** Submetida a proposta (n.º 6452/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por maioria, com dezoito (18) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (7), Pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e sete (7) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6) e pelo Chega (1), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2022, aprovado pela Assembleia Municipal, em 28 de dezembro de 2021. (Doc.11)

A Bancada do Chega informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto.

**8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, CULTURA, DESPORTO, JUVENTUDE E TURISMO (DACDJT) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2022.

**Deliberação n.º 19/2022:** Submetida a proposta (n.º 846/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (7) e da Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito do Chega, aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo (DACDJT) - cargo dirigente de 2.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Marta Sofia Tavares Prata, Chefe da Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Coimbra.



Vogais efetivos: Dr. José Alberto Mirra dos Santos Charro, Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Mestre Ana Cláudia Guedes Veloso de Almeida, Jurisconsulta do Município de Peniche.

Ainda, a designação de um vogal suplente, Eng.<sup>a</sup> Deolinda da Conceição Rebocho Ataíde, Chefe de Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental, do Departamento de Inovação, Ambiente, Clima e Sustentabilidade (DIACS) - Direção Municipal de Economia, Inovação e Comunicação (DMEIC) da Câmara Municipal de Almada, que substituirá, algum elemento efetivo em caso de faltas e impedimentos, salvaguardando o decurso do procedimento concursal, sem interrupções e contratempus, uma vez que o mesmo é urgente e de interesse público, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação. (Doc.12)

A Bancada do Chega informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto.

#### **9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO (DE) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

##### **Luís Almeida (PSD):**

Disse que sabia que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche com o Partido Socialista tinham a maioria na Assembleia Municipal, e era relativamente natural que considerassem que o Organograma iria ser aprovado, mas para a credibilidade, o respeito e a relação entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, estes pontos estarem a ser votados ao mesmo tempo que o Organograma, porque em teoria ele poderia ter sido recusado, logo, houve uma precipitação por estes assuntos terem sido discutidos e colocados a votação simultaneamente na mesma sessão.

##### **Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Esclareceu que, obviamente, pretendiam estruturar isto o mais rápido possível, e existe uma dificuldade neste momento, a Chefe da Divisão de Energia e Ambiente vai, em maio, para outro concelho e quem está a assegurar aquela divisão é o Presidente da Câmara, com sobrecarga, portanto, querem acelerar, pelo menos, esta Chefia de Divisão.

Disse, ainda, que sendo verdade, até porque o Organograma foi previamente, conversado com os senhores Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha, porque têm Pelouros, se não fosse aprovado o Organograma, estas três propostas seriam retiradas.

**Deliberação n.º 20/2022:** Submetida a proposta (n.º 848/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (7) e da Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito do Chega, aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da divisão o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da divisão de Educação (DE) - cargo dirigente intermédio de 2.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. José Alberto Mirra dos Santos Charro, Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

Vogais efetivos: Dra. Marta Sofia Tavares Prata, Chefe da Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Coimbra e Mestre Ana Cláudia Guedes Veloso de Almeida, Jurisconsulta do Município de Peniche.

Ainda, a designação de um vogal suplente, Eng.<sup>a</sup> Deolinda da Conceição Rebocho Ataíde, Chefe de Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental, do Departamento de Inovação, Ambiente, Clima e Sustentabilidade (DIACS) - Direção Municipal de Economia, Inovação e Comunicação (DMEIC) da Câmara Municipal de Almada, que substituirá, algum elemento efetivo em caso de faltas e impedimentos, salvaguardando o decurso do procedimento concursal, sem interrupções e contratemplos, uma vez que o mesmo é urgente e de interesse público, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação. (Doc.13)

A Bancada do Chega informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto.

**10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA DIVISÃO DE AMBIENTE (DA) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 21/2022:** Submetida a proposta (n.º 844/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (7) e da Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito do Chega, aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da divisão de Ambiente (DA) - cargo dirigente intermédio de 2.º grau com a seguinte composição:

Presidente: Eng.º Jorge Alberto Gil Saraiva, Investigador Coordenador do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil (aposentado), Membro Conselheiro e Especialista em Energia pela Ordem dos Engenheiros.

Vogais efetivos: Dra. Andreia Sofia Marques Lopes dos Santos, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Mestre Ana Cláudia Guedes Veloso de Almeida, Jurisconsulta do Município de Peniche.

Ainda, a designação de um vogal suplente, Eng.<sup>a</sup> Deolinda da Conceição Rebocho Ataíde, Chefe de Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental, do Departamento de Inovação, Ambiente, Clima e Sustentabilidade (DIACS) - Direção Municipal de Economia, Inovação e Comunicação (DMEIC) da Câmara Municipal de Almada, que substituirá, algum elemento efetivo em caso de faltas e impedimentos, salvaguardando o decurso do procedimento concursal, sem interrupções e contratemplos, uma vez que o mesmo é urgente e de interesse público, nos termos do n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação. (Doc.14)

A Bancada do Chega informou que iria entregar declaração de voto sobre este assunto.

**11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2022/2024:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Chefe da Divisão de Administração e Finanças, Josselene Nunes Teodoro, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia oito de abril de 2022.

**Deliberação n.º 22/2022:** Submetida a proposta (n.º 797/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, nomear a empresa A. Zózimo, SROC, Unipessoal, L.da como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas do Município de Peniche, para o exercício de 2022/2024. (Doc.15)

**12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E A FREGUESIA DE FERREL PARA A CEDÊNCIA DE PARTE DO PÁTIO DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO Nº 1 DE FERREL PARA INSTALAÇÃO DO MERCADO DA FREGUESIA:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de março de 2022, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Hugo Martins(GCEPP):**

Em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche deu os parabéns ao Município e à Junta de Freguesia de Ferrel, porque pensam que irá ser um projeto com sucesso.

**Deliberação n.º 23/2022:** Submetida a proposta (n.º 671/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar o protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Freguesia de Ferrel, que tem por objeto a cedência de parte do pátio da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 1 de Ferrel para instalação do Mercado da Freguesia. (Doc.16)

**13) CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, EM DEFESA DOS UTENTES NA ACESSIBILIDADE AOS CUIDADOS DE SAÚDE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS):**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

**Vítor Agostinho (CDU):**

O grupo da Coligação Democrática Unitária, saudou a constituição de uma Comissão Municipal de Saúde, em virtude da situação gravosa que se vive no nosso concelho, ao nível dos cuidados de saúde.

A urgência desta resolução é visível e crescente, apesar do voto favorável, lamentam a demora na constituição da mesma, já que a proposta foi apresentada pela Coligação Democrática Unitária, em 28 de janeiro, tendo-se perdido três meses.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não tinha que ver diretamente com a Comissão que a Coligação Democrática Unitária propôs, mas tinha que ver com as duas propostas que ele próprio fez nesta sessão e que não foram votadas. Perguntou se seriam votadas hoje ou se na próxima Assembleia Municipal.

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Considerando que as propostas de constituição de comissão foram apresentadas hoje, gostaria que as mesmas fossem apresentadas e votadas na próxima Assembleia Municipal.

**Deliberação n.º 24/2022:** Submetida a proposta (n.º 2152/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, constituir uma Comissão Municipal de Saúde, em defesa dos utentes na acessibilidade aos cuidados de Saúde do Serviço nacional de Saúde, composta por:

- Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, Joaquim Raul Gregório Farto;
- Carlos Francisco Vala Chagas, em representação do Partido Socialista;
- Francisco José de Abreu Lourenço, em representação do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche;
- Ana Filipa Vala Fialho, em representação do Partido Social Democrata;
- Dina do Rosário Constantino de Carvalho Aparício, em representação do Chega;
- Vítor Rui Franco Agostinho, em representação da Coligação Democrática Unitária;
- Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador;
- Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Cecília Batista Lopes;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Henrique Lourenço Barata;
- Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador;
- Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Henrique Bertino Batista Antunes;

- Vereador Afonso Rosário Costa Clara, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche;
- Vereador Ângelo Miguel Ferreira Marques, eleito pelo Partido Socialista;
- Vereador Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, eleito pelo Partido Social Democrata;
- Vereadora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, eleita pela Coligação Democrática Unitária.

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 25/2022:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo uma hora e quarenta minutos do dia vinte e três de abril, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de abril, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---